

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRA E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG**

**LUÍS ALEXANDRE METZLER GUEDES**

Nº USP 10765527

**UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS SERVIÇOS DE MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO (MSE/MA) E OS CIEJAS: pensando  
contradições, limites, possibilidades e potenciais**

**SÃO PAULO**

**2023**

**LUÍS ALEXANDRE METZLER GUEDES**

**UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE OS SERVIÇOS DE MEDIDA  
SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO (MSE/MA) E OS CIEJAS: pensando  
contradições, limites, possibilidades e potenciais**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharel em Geografia da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do diploma.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Donizeti Girotto

**SÃO PAULO**

**2023**

*Ao que estão privados, paz, justiça e liberdade.  
Aos que lutam por outro mundo, que não podem mais esperar.  
Pelas crianças de todo mundo, que possam viver,  
dos bailes de Paraisópolis às ruínas de Gaza.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer após um trabalho que representa tanto, inclusive tanto acúmulo, construção coletiva, aprendizado e experiências, é uma tarefa difícil. Por isso, começo dizendo que o presente não representa a totalidade daqueles que contribuíram em minha trajetória e nem com esse escrito, ou seja, aqueles para quem toda gratidão ainda é pouco.

Mãe e pai, dizer obrigado todos os dias não seria o suficiente para mostrar como sou feliz por tê-los, como só sou porque vocês foram antes. Os ensinamentos, as frases guardadas e as esquecidas, os princípios, o amor e o acolhimento que nunca tiveram limites. Que eu possa, um dia, representar para alguém tanto quanto vocês foram pra mim. O primeiro agradecimento não podia ser endereçado para ninguém mais, e saibam que ele não acabará enquanto eu puder mostrar pra vocês todo esse sentimento.

Bel, minha companheira desde antes da vida, nesses últimos anos muitas vezes nos cruzamos na correria. Mesmo dividindo casa desde o (pré) nascimento, talvez nunca havíamos estado tão pouco tempo em convivência diária. Mas foi assim, um pouco mais distante, que eu pude ver o tamanho que você toma a cada dia. Obrigado pelos abraços que trocamos (já que cada hora era um que estava precisando). Mas acima de tudo, agradeço por aqueles abraços que eu sei que daria se precisasse, por ser o porto seguro que nunca vai estar distante demais. Viver com parte de si fora do corpo é maluco, mas não queria que esse pedaço fosse outro.

Para meus avôs e avós, o amor incondicional que sempre deram e que nunca consegui retribuir devidamente. Maju, obrigado por cada preocupação nos tempos difíceis, pela leveza de uma mulher forte e que inspira a sonhar. Carmem, que seu abraço e risadas possam sempre ser meu alívio como uma manta, bordada com todo cuidado, que abraça o coração nos frios invernos. João, agradeço o exemplo de homem que sempre me serviu, com a dureza recheada de carinho, o suficiente para Sete Irmãos (e Sete Noivas). Opa, que possa ver e se orgulhar de cada passo que me permitiu dar e construir, seja de onde estiver, você faz parte de todos.

Para meu amor, Bia, todo chamego do mundo. Cada dia do seu lado me faz, uma sorte que nunca imaginei ter. Obrigado por estar comigo descobrindo um novo significado de “namorado”. Acompanhar uma mulher gigante como você ensina sobre as belezas e durezas da vida. Mais do que isso, aprendo, em cada momento que vivemos, o que é viver. Se eu puder te ajudar a aprender algo também, que seja o quão incrível você é, o quanto merece e como o mundo ainda é pouco diante de tudo que tá reservado para você. Por fim, obrigado

por cada cuidado e ajuda nesse trabalho, sem sua confiança e apoio não teria saído dessa forma.

Sem prolongar demais, a família que citei é a base que permitiu chegar até aqui. Ainda nesse sentido, cito mais alguns que me mantiveram vivo para finalizar essa etapa. Minha ‘massa’ Sofia; meus amigos do peito, Gabriel, Alice, Ana, Cris, Vitor; meus ‘camaradas’, no sentido mais cheio de sentido que a palavra pode ter, Juliana, Dias, Vic, Benetti: obrigado por terem garantido que eu não ficasse pelo caminho.

Agora, cabe agradecer quem foi responsável por me formar para cada linha aqui escrita. Começo pelos inúmeros professores que tive no Ensino Médio, não nominalmente como fiz anos atrás, mas dizendo obrigado por me levarem até a Geografia pelos diferentes caminhos que traçavam. Minha única gratidão maior é terem me encantado a ser professor também.

Essa escolha profissional não foi feita só na minha cabeça, mas em cada aula que pude participar durante quatro anos no Nosso EJA. Aos profissionais agradeço, mas o obrigado maior precisa ir às alunas (e eventuais alunos) que me ensinavam uma infinidade a mais do que poderiam imaginar. Cada gesto me mostrou mais um pedaço do que é trabalhar com educação.

Aos professores e colegas que tive na USP, agradeço por me mostrarem um mundo novo. Se aos poucos me distanciei e os desafios que cada um de nós temos não me permitiram viver até o último fio de cabelo, tenho certeza que os aprendizados que levo são muitos. Para usar o bordão, se a USP é uma das Universidades mais muradas do nosso país, foi vivendo ela e conhecendo quem ousou pular o muro que me motivei a ajudar na sua derrubada.

Seguindo essa linha, agradeço pela oportunidade de trajetória militante nos últimos anos. Se é verdade que ela não começa e nem acabará no viciado movimento estudantil, sem meus camaradas, companheiros e amigos que estive ao lado esses anos, não entenderia o porquê da luta ter que ser coletiva. Em cada fala, em cada tarefa, olhar para o lado (de fato ou figurativamente) é o caminho para seguirmos na construção. Obrigado por cada aprendizado.

Por fim, agradecer os sujeitos protagonistas dessa pesquisa, sem falar os nomes por diversos motivos, inclusive com medo de errar algum por conta das bagunçadas anotações que fiz no caderno de campo. Um obrigado sem tamanho para toda disponibilidade, disposição e confiança dos profissionais com quem tive ou não contato no CIEJA Campo Limpo, nos MSE/MA Jd. São Luiz e Redescobrimdo a Comunidade e no SAICA Girassol. Além dos incontáveis aprendizados que pude ter, a motivação dessa pesquisa também veio de vocês. A mudança é urgente, por cada criança, mas por cada trabalhador também. Primeiro,

individualizo esse agradecimento para Diego, diretor do CIEJA supracitado, que ajudou a entender os caminhos que a realidade apontava. Finalizando verdadeiramente, estendo esses agradecimentos para todos os profissionais da assistência social, da educação e que buscam transformar profunda e definitivamente a realidade que vivemos.

## **RESUMO**

Por meio de um olhar geográfico da realidade das instituições que se relacionam com as medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo (SP), a presente pesquisa busca traçar hipóteses acerca dos limites, desafios e possibilidades desse contexto. Abordando os serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA) e os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs), o trabalho analisa as potencialidades e problemáticas desses serviços, assim como de sua relação a partir da escolarização de jovens que cometeram atos infracionais. Para tal processo, se baseou nas revisões bibliográficas e na realização de trabalhos de campo e diálogos com profissionais desses aparelhos, o que permitiu uma apreensão que abarcasse tanto a dimensão teórica quanto prática dessa temática. Por mais que hajam limitações acerca da metodologia, não havendo uma observação contínua ou o contato direto com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a pesquisa tenta estabelecer pontes com diferentes áreas e contribuir com as discussões específicas que ela tangencia, como da relação entre segurança pública e educação ou das problemáticas do modelo escolar tradicional brasileiro. Dessa maneira, além de compreender os limites do atendimento aos jovens que cometem atos infracionais e quais são as transformações necessárias (e possibilidades existentes para tais), o trabalho se dedica em uma investigação mais ampla da realidade da juventude do país. Compreendendo como diversos elementos centrais do tema só podem ser considerados em uma totalidade, se usou de mapeamentos para espacializar os fenômenos e perceber quais aspectos e informações relevantes essa dimensão deles poderia revelar. Um ponto central nos assuntos debatidos e na própria pesquisa é a relação das instituições, políticas e processos com o território, e quais são as potencialidades que uma abordagem referenciada nele pode oferecer. De que maneira as discussões se materializam na produção do espaço, e qual a ligação com a dinâmica de reprodução social, são questões essenciais para um entendimento não só do sistema socioeducativo e seus desafios, mas de elementos da realidade de maneira geral. Assim, não só se pode estabelecer possibilidades de compreensão dos processos e fenômenos analisados, mas também traçar hipóteses que possam oferecer transformações significativas nesse cenário.

## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 – Localização dos serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE/MA) e dos Centro Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) no município de São Paulo (SP).....	28
MAPA 2 –A localização dos serviços em relação aos tipos de habitação precária.....	33
MAPA 3 – A localização dos serviços em relação à proporção de pretos e pardos por distrito. ....	34
MAPA 4 – A localização dos serviços em relação à proporção de pessoas analfabetas ou que não concluíram o Ensino Fundamental por distrito.....	35
MAPA 5 – Localização dos serviços visitados durante a pesquisa nos seus respectivos distritos.....	40



## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2.</b>	<b>AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS PELO ECA.....</b>	<b>13</b>
2.1.	MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: PARA ONDE OLHAR?.....	16
2.1.1.	Serviços de MSE/MA.....	18
2.1.2.	CIEJAs.....	19
2.1.3.	Município de São Paulo.....	25
<b>3.</b>	<b>MAPEAMENTO DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS AOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MSE EM MEIO ABERTO.....</b>	<b>28</b>
3.1.	SOBREPOSIÇÕES: ONDE ESTÃO OS SERVIÇOS? E O QUE ISSO NOS CONTA?.....	32
<b>4.</b>	<b>PENSANDO POSSIBILIDADES E LIMITES NA PRÁTICA: DIÁLOGOS COM SERVIÇOS DA ZONA SUL.....</b>	<b>39</b>
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>54</b>

## 1. Introdução

Qualquer realidade que possa vir a ser objeto de estudo, principalmente de uma ciência como a Geografia, tem seus elementos intrinsecamente relacionados a outras realidades e objetos, sejam de uma escala diferente ou não. Ao realizar uma pesquisa que busque ter relevância em um país como o Brasil, é essencial que se inicie através do entendimento dos elementos chaves para a compreensão das dinâmicas existentes nesse espaço. Para que essa leitura possa ser feita da melhor forma, a análise precisa partir da posição do Brasil no cenário internacional, enquanto um país dependente localizado na periferia do capitalismo, mesmo que com uma série de particularidades.

Ao considerar esse cenário, podemos trazer ao debate a relevância de questões como as relacionadas à segurança pública, educação, desigualdade social e à questão étnico-racial, temas essenciais para pensar os países e populações que vivem nessa realidade. Seja por sua relação com as dinâmicas do capitalismo internacional, seja por sua formação social e histórica (dois pontos que inclusive são indissociáveis), essas questões são algumas das centrais também na realidade brasileira hoje e abarcam em si uma infinidade de discussões e de complexidades, sempre associadas umas às outras.

Portanto, quando se decide por determinada abordagem específica para a realização de um trabalho, não se pode deixar de lado uma visão que considere mais fatores e escalas do que apenas esse foco central. Neste estudo, por exemplo, iremos tratar da geografia das instituições ligadas à aplicação de medidas socioeducativas na cidade de São Paulo, focando centralmente nos espaços de MSE em Meio Aberto (MSE/MA) e nos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs). Esse recorte, que será melhor exposto e justificado ao longo deste escrito (principalmente em seus primeiros pontos), não pode ser explicado sem considerar o contexto em que está envolvido e como se ligam os diversos fatores.

O Centro Internacional de Estudos Prisionais<sup>1</sup> aponta a atual população carcerária brasileira como a terceira maior do mundo, estando apenas atrás dos Estados Unidos e da China, o que por si só já levanta uma importante questão, principalmente considerando que os índices de violência também são alarmantes em diversos âmbitos e não passam por mais que oscilações conjunturais. Com constantes operações policiais nos noticiários e a criminalização aparecendo em diferentes situações como a resposta estatal, o debate da justiça e da segurança

---

<sup>1</sup>O Centro Internacional de Estudos Prisionais (ICPS, em inglês) é um grupo de pesquisa da Faculdade de Direito do King's College, em Londres, Inglaterra. Ele teve como foco de seus estudos a realidade de diferentes países da periferia do capitalismo, como Brasil e Iraque, ao mesmo tempo que aborda a realidade de lugares como a Rússia e o Leste europeu.

pública no Brasil é ponto essencial para compreensão da dinâmica social, econômica/material e consequentemente da produção do espaço no país.

Ao buscar estabelecer pontes dessas questões com o debate da educação, pensando no seu potencial formativo e de socialização no território, é possível a análise de diferentes momentos e realidades. Esse olhar pode ter um efeito interessante de considerar a “potência represada” (expressão usada por uma técnica de MSE/MA) presente em jovens e adultos que se envolvem em atos infracionais ou criminosos. Inicialmente, este trabalho buscava articular elementos sobre a educação na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) ou investigar a realidade do ensino para os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto. Porém, ao estabelecer os primeiros diálogos com o orientador e com trabalhadores de instituições da área de educação e assistência social<sup>2</sup>, o rumo se alterou levemente.

Articulando os elementos que iam sendo coletados acerca da relação que existe entre os jovens que cometem atos infracionais e o sistema educacional, para além de um olhar mais realista para as condições objetivas da pesquisa, se estabeleceu uma nova abordagem. Entendendo a dificuldade do estabelecimento de um vínculo significativo e/ou duradouro entre as escolas e essas crianças e adolescentes, e como suas relações com os processos educacionais é permeada por violências e problemas de adaptação, foi possível formular uma nova proposta que contribuísse mais para a compreensão e transformação dessa realidade. Esse processo se deu através de diálogos diretos com profissionais do CIEJA Campo Limpo, do MSE/MA Jardim São Luís e do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) Girassol, para além de um estudo de bibliografias sobre esse debate.

O caminho traçado foi no sentido de buscar entender como pensar processos não só de ressocialização dos jovens que cometem atos infracionais, mas também de sua transformação e formação integral e crítica. Para isso, considerando uma série de fatores, se escolheu pela investigação a partir do olhar para determinadas instituições que estabelecem (ou podem estabelecer) conexões com essas crianças e adolescentes de maneira a desempenhar um papel relevante nessa realidade. Entendendo a limitação, ainda mais de se analisar apenas dois tipos de espaços (MSE/MAs e CIEJAs), e de se pensar esse contexto a partir dessa abordagem

---

<sup>2</sup> "A política de Assistência Social, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem sendo regulamentada intensivamente pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005)." (CFESS, 2011, pág 06)

“A PNAS tem como propósito englobar as demandas da sociedade e assegurar que a assistência social seja efetivada enquanto um direito constitucional, de responsabilidade do Estado.” (PNAS, 2004)

institucional, se estabeleceu como objetivo entender os limites e possibilidades que essa rede apresenta hoje. Além disso, a ideia é verificar como espaços como os CIEJAs podem ajudar a formular hipóteses de mudanças na dinâmica de atenção não só a esses jovens, mas da própria relação entre a assistência social, a educação e a sociedade.

Em todo esse processo de pesquisa se analisará a realidade a partir de uma abordagem geográfica. O mapeamento e localização das MSE/MA presentes na cidade é essencial para compreender seu “lugar” dentro da dinâmica urbana, econômica e social. O referenciamento dessas instituições a partir do território em que estão permite que se compreenda de outra maneira o seu caráter, objetivos e funcionamento. Essa abordagem geográfica permite que se enxerguem também possibilidades presentes nas diferentes realidades para pensar como superar os limites existentes nesse debate e política pública hoje.

A construção prática da investigação sobre esses objetivos se dará em três partes centrais: primeiro, irá se analisar o objeto de estudo, as MSEs em Meio Aberto e sua realidade institucional, para além de delimitar as escolhas de escalas e recortes; em um segundo momento, se fará um mapeamento da realidade dos MSE/MAs e CIEJAs na cidade de São Paulo, entendendo onde estão esses espaços na metrópole e porque ali estão; por fim, será direcionado o olhar para a realidade prática dessa institucionalidade e como ela se desenvolve cotidianamente, pensando, a partir disso, possibilidades e limites. Nesse terceiro ponto, a escala será reduzida de maneira a analisar esses pontos a partir do contato com uma realidade específica de algumas instituições visitadas na Zona Sul de São Paulo e de certos diálogos estabelecidos com profissionais desses espaços. Para todas essas etapas, além dos estudos bibliográficos realizados constantemente, se utilizou também muito dos diálogos com as instituições específicas supracitadas, para além de mais um serviço de MSE/MA, o Redescobindo a Comunidade, espaços onde se pôde ter contato com profissionais de diferentes áreas.

As limitações de desenvolver essa pesquisa enquanto um Trabalho de Graduação Individual (TGI) se dão pelo reduzido tempo para desenvolver uma boa gama de visitas, contatos e observações. A abordagem biescalar (em duas escalas) vai justamente no sentido de tentar, ao máximo, preencher as lacunas da presente investigação. É importante, paralelamente, considerar também o enfoque do estudo, e isso não diz respeito apenas para o olhar voltado à institucionalidade - fator que será explorado mais a frente - mas compreender como esse mapeamento e a tentativa de elaborar hipóteses sobre ele e a realidade que representa não poderão responder perguntas que uma pesquisa documental mais extensa ou um estudo de caso específico abarcariam.

O estudo que segue almeja contribuir com a análise e desenvolvimento não só das medidas socioeducativas e de suas aplicações práticas, mas, de alguma maneira, com a relação entre educação e assistência social no âmbito da juventude. Ao mesmo tempo, nem de perto busca esgotar esforços para pensar sobre os processos de ressocialização e formação social e política dos jovens marginalizados, os aspectos que desenham os contornos da realidade deles e como podemos pensar, de uma perspectiva de transformação profunda e radical, a abertura de novas possibilidades.

## 2. As Medidas Socioeducativas pelo ECA

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (ECA, 1990, 2016)

O trecho acima exposto faz parte do início do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº8069/90), documento instituído dois anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, servindo como regulador e implementador das mudanças que a nova lei máxima do país trazia no que diz respeito à proteção da infância e adolescência. Muitas vezes rediscutido e por vezes complementado ao longo dos anos, o documento pode ser um bom ponto de partida para considerarmos qual o compromisso assumido pelo Estado brasileiro frente aos jovens. Por mais que ainda será diversas vezes referenciado ao longo do presente trabalho, o ECA por sua vez cumpre uma função que muitas vezes é apenas reguladora na prática, regendo como devem ocorrer as relações entre as instituições estatais e da sociedade civil com as crianças e adolescentes. Em outros termos, o Estatuto não consegue impor sua orientação política na aplicação de suas regulamentações quando essa não está em consonância com as tendências e dinâmicas dominantes da sociedade. O artigo escolhido para iniciar o capítulo é um exemplo claro de uma abordagem sobre a infância e adolescência que pode até ser hegemônica nos títulos do ECA, mas que terá sua implementação prática questionada por uma série de contradições com as quais essa pesquisa pôde ter contato.

Essa nova postura de proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente não é algo que a legislação trouxe de maneira espontânea, mas resultado do acúmulo de uma série de debates e formulações de diferentes atores e movimentos sociais ao longo da segunda metade do século XX. Internacionalmente, a Convenção Internacional dos Direitos das Crianças foi o tratado aprovado em 1989 na Organização das Nações Unidas (ONU) que representou a institucionalização de parte desses acúmulos contidos na chamada doutrina de proteção integral. Com a mesma orientação usada na criação do ECA, essa formulação vai no sentido de apontar a necessidade de priorização nas políticas públicas, da participação nos temas que os concernem e equidade universal de direitos para os jovens, considerando-os cidadãos plenos.

Tratamos dessa política e de seu caráter como algo diferente, que representou uma mudança, pois não foi o primeiro esforço legislativo sobre a questão da infância e adolescência. Sem fazer um resgate da trajetória completa do tema, vale citar três regulamentações que representam bem o histórico e desenvolvimento da postura e do debate na sociedade brasileira: o Código de Menores de 1927, um primeiro esforço de diferenciação frente aos demais cidadãos; o Código de Menores de 1979, que adiciona a doutrina de proteção integral, mas mantendo muitas concepções ultrapassadas; e, por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.

Na segunda parte do ECA, chamada de “Parte especial”, o terceiro título trata do elemento inicial que precisamos para abordar as temáticas desta pesquisa: Da Prática de Ato Infracional. Essa preocupação também não é uma novidade do documento de 1990, mas um dos pontos centrais para o próprio surgimento de legislações específicas voltadas para as crianças e adolescentes. Como lidar com o jovem que comete um crime, que transgredir as normas legais? Uma prática que será discutida a seguir, a Liberdade Assistida (LA), advém por exemplo de uma série de formulações anteriores que iam no sentido de uma “Liberdade Viglada” (BRITO, 2007).

Ao pensar a política frente aos adolescentes que quebram a lei, a própria classificação de “ato infracional” ao invés de “crime” para essas ocasiões já ajuda a entendermos em que direção o ECA segue. As crianças e adolescentes que entram em conflito com as normas legais são vistos não mais como alvo de punição e correção, mas como sujeito em condição especial de desenvolvimento que necessita de ações educativas e formativas (BRITO, 2007). É nesse mesmo sentido que se altera a denominação das “Medidas corretivas” anteriormente utilizadas no trato com esses jovens para “Medidas Socioeducativas” a partir da promulgação do Estatuto.

Ao listar as alternativas existentes no seu artigo 112, o ECA não diferencia inicialmente, porém para melhor exposição do recorte escolhido por essa pesquisa vamos dividir as medidas socioeducativas em três grupos. Primeiro, temos aquelas que seriam as opções mais brandas, que são a Advertência e a Obrigação de Reparar Danos, políticas pontuais que não acarretam em um acompanhamento de médio ou longo prazo, mas em um contato momentâneo dos sujeitos com o sistema judiciário. Em uma segunda divisão, estariam as medidas cumpridas em meio aberto, que serão centrais para esse estudo e que costumam ser reconhecidas como alternativas mais “humanizadas”. A Liberdade Assistida e a Prestação de Serviço à Comunidade, que se encaixam nessa classificação, serão melhor explicadas nos próximos parágrafos. Por fim, temos a Internação em Estabelecimento Educacional e a

Semiliberdade, um terceiro grupo de medidas socioeducativas que acarretam diretamente na restrição de circulação e convivência do jovem frente ao resto da sociedade. (ECA, 1990)

Quando olharmos para as diferentes políticas que podem ser endereçadas ao jovem quando este está em conflito com a lei é essencial compreender que, por mais que haja diferenças significativas entre as diferentes alternativas e os diferentes âmbitos, todas elas fazem parte de uma mesma lógica. Extrapolando, é possível dizer que as medidas socioeducativas como um todo constituem um elemento importante do sistema penal/judiciário no Brasil, ao mesmo tempo que é parte central para pensar a assistência social e a educação, para além de outras áreas. Esse trabalho, ao olhar a institucionalidade dessas medidas, assim como sua geografia, limites e possibilidades que apresentam, busca justamente respostas que abarquem não apenas esse recorte mas de maneira mais ampla temas centrais para o país. Para um olhar determinado, analisaremos neste estudo a situação relacionada àquelas medidas que se dão em meio aberto, isso significa, as políticas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, que não restringem a liberdade de circulação dos jovens, mas os mantêm associado às instituições do Estado específicas para seu atendimento.

#### **Seção IV - Da Prestação de Serviços à Comunidade**

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

#### **Seção V - Da Liberdade Assistida**

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso. (ECA, 1990)



É interessante nesse caso destacar essas duas medidas socioeducativas porque elas carregam elementos fundamentais para uma boa análise geográfica das limitações e, principalmente, nos ajudam a formular sobre as possibilidades desse sistema e de mudanças. Isso porque ao analisar não só a regulamentação dessas no ECA, mas também como estão estruturadas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e as formulações teóricas que as embasam, podemos compreender algumas especificidades. Com origens distintas, em momentos e com motivações diferentes entre si, podemos ver que ambas políticas buscam uma alternativa à pena de internação. Diferente de sua antecessora “Liberdade Vigada”, a Liberdade Assistida aponta não para um controle da liberdade do jovem, e sim uma atuação no sentido de possibilitar o desenvolvimento pleno e o total acesso aos seus direitos, ambos através de uma boa rede de relações familiares e comunitárias (SARAIVA, 2011). Também é na integração ao seu meio que aposta a medida de prestação de serviços, originada no debate da justiça restaurativa e que apresenta a possibilidade de ambientação e circulação em diferentes espaços e contextos produtivos de sua comunidade. Vale destacar ainda que ambas as políticas preveem acompanhamentos semanais

Mais uma vez, antes de passar à exposição de quais serão os mapeamentos e análises a serem feitos, é necessário lembrar que nessa parte ainda está se apresentando para que servem as medidas socioeducativas a partir dos parâmetros regulamentados e discutidos oficialmente, principalmente no ECA. A necessidade da investigação mais profunda aparece justamente pelas contradições que se apresentam na concretização prática dessas políticas, a maneira que elas ficam, em sua maioria, aquém dos objetivos do Estatuto e da própria determinação da Constituição Federal de 1988. Hoje, muitas vezes, essas medidas servem apenas como o primeiro passo em direção ao ingresso no sistema penal, ou como a primeira interação entre jovens marginalizados e um sistema judiciário feito para os punir (Saraiva, 2011). É regredindo ao caráter original de sua formulação que conseguimos enxergar não só como fazer com que preencham seu “potencial”, mas principalmente pensar quais são as problemáticas que fazem com que a integração entre judiciário, educação e assistência social não cumpra um papel formativo de qualidade para nossos jovens, mas seja apenas parte de uma estrutura social excludente e de opressão desses mesmos jovens.

## **2.1. Medidas socioeducativas na cidade de São Paulo: para onde olhar?**

É essencial expor as motivações e considerações acerca do recorte adotado na pesquisa, em especial sobre as instituições que foram mapeadas e pensadas durante a

investigação e análise realizadas. Essas questões são importantes para compreender o objetivo e a trajetória desse TGI.

Para observar a geografia dos jovens que cumprem medidas socioeducativas na cidade de São Paulo hoje, existem diversas possibilidades. Considerando a ampla gama de possíveis relações ou caminhos que esses adolescentes podem desenvolver, e tendo em vista também as limitações de uma breve pesquisa como essa, se optou por olhar para um momento específico dessas trajetórias. Inicialmente, o ponto escolhido havia sido o trabalho em sala de aula, principalmente com jovens cumprindo a Liberdade Assistida, e como um olhar geográfico sobre esse poderia contribuir no processo de ressocialização e formação. Porém, ao perceber durante as investigações iniciais o quanto esse era um momento muitas vezes efêmero e como era difícil a própria relação dessa juventude com os “espaços de educação”, decidiu-se por ampliar o escopo da pesquisa e redirecionar o foco.

É nesse sentido que o primeiro tema que deve ser tratado é a escolha e análise dos serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA) como elemento central para entender a trajetória dos jovens em conflito com a lei e pensar os diversos fatores que aqui estão propostos. Para entender o caráter e sentido dessa instituição na realidade como um todo, vale continuar explorando a essência que a regulação das medidas traz em sua formulação.

Diferentemente da doutrina da situação irregular do Código de Menores de 1979, que objetivava a vigilância e controle de crianças e adolescentes pobres diretamente, a proteção integral garantida no ECA e no SINASE vem no sentido da universalização de direitos para esse grupo etário. Considerando esses jovens enquanto pessoas em situação específica de desenvolvimento, se coloca agora legalmente uma responsabilidade conjunta de família, sociedade e Estado para a garantia da plena possibilidade de formação e crescimento desses sujeitos (SILVA, 2019). Neste trabalho pretende-se também discutir como essas formulações de proteção e amparo para a juventude em sua totalidade, muitas vezes não passam de letra morta ao tratarmos da realidade brasileira, principalmente se falamos daquelas mesmas crianças e adolescentes pobres. Para além da postura excludente frente a esses grupos sociais, como a criminalização que os mapas do próximo capítulo mostrarão mais claramente, é possível perceber como mesmo o princípio de pensar essa realidade em sua totalidade não toma corpo real. Um exemplo claro disso é o cenário de fragmentação e precarização dos serviços e políticas voltadas às populações marginalizadas, junto de um olhar para essas que é pautado em problemas individuais, como se as diversas questões vivenciadas nesse contexto fossem desassociadas entre si e não merecessem uma abordagem integrada. Essa realidade é a

que se busca discutir centralmente neste trabalho, e como podemos formular hipóteses para a sua superação.

### 2.1.1. Serviços de MSE/MA

Os serviços de MSE/MA são a concretização dessa contradição, dispondo de uma série de possibilidades e potencialidades no seio de suas atividades, ao mesmo tempo que se arranja frente ao abandono institucional e a uma política fragmentada. Não poderão ser feitos aqui uma série de debates relevantes, como a comparação com medidas de privação de liberdade ou uma análise mais profunda sobre o perfil dessa juventude, porém é essencial que se exponha como o meio aberto consegue subsidiar as discussões sobre as contradições da execução das medidas socioeducativas. Mais do que isso, olhar para este ponto específico da realidade nos permite perceber a complexidade não só desse tema, mas do contexto da juventude como um todo, inclusive no acesso à educação, e também da própria sociedade em geral, considerando os aspectos da assistência social que aqui estarão presentes, por exemplo.

Vale iniciar essa parte da exposição colocando que a internação desses jovens para cumprimento de medidas no meio fechado é posta como uma política que deve seguir os princípios de excepcionalidade e brevidade pelo ECA. Significa que as regulações apontam para um cenário onde as medidas socioeducativas em meio aberto devem ser prioridade, com os sujeitos tendo sua liberdade de circulação ferida apenas em última instância e que seja pelo tempo mais curto possível (SILVA, 2019). Isso ocorre justamente porque essa prática está mais em consonância com as doutrinas que regem o ECA do que a privação desses jovens em instituições “educacionais”. Os fatores que dão esse caráter “adequado” às medidas socioeducativas em meio aberto são parte das motivações supracitadas para a escolha de um olhar voltado a elas, sendo um deles sua especificidade de proximidade à família, ao meio comunitário e aos seus espaços de vivência.

Para compreender o caráter geográfico dessa política, vale destacar a importância do meio não só para o processo de ressocialização e formação do adolescente, mas na própria origem de sua condição em conflito com a lei. Isso porque, diferente do que era para ser instituído pela doutrina de proteção integral, os entes que deveriam garantir a proteção e desenvolvimento dos jovens (Estado, família e sociedade) acabam por cumprir funções de perseguição, marginalização e abandono desses mesmos sujeitos. Um adolescente que comete um ato infracional se caracteriza para o Estado como apenas isso, um infrator, independente da realidade em que vivia. Se ele e os familiares não dispunham de acesso à aparelhos públicos de qualidade de educação, saúde e lazer, se o jovem nem sequer tinha uma base

familiar sólida, se cresceu em uma comunidade precária em diversos sentidos por conta da política estatal, nada disso é relevante ao se pensar a pena “socioeducativa”. Nesse processo, o contexto não é considerado, sendo colocado implicitamente sob responsabilidade do próprio adolescente, ele tendo que lidar assim com as consequências do seu ato e da própria condição em que vive. Ao não ser tida em conta durante os processos a objetividade daquele sujeito, se considera que suas ações e problemáticas são tidas em um vácuo, ao invés de se entender essas como resultados possíveis de um cenário de exclusão, exploração e opressão. O sistema judiciário cumpre papel fundamental nessa redução do jovem ao seu ato infracional, principalmente se consideramos a massificação e padronização dos encaminhamentos e a estrutura precária dos serviços de MSE/MA para desenvolver atendimentos especializados e devidamente individualizados. (OLIVEIRA, 2007)

Para finalizar sobre esse elemento da pesquisa, sua característica que interessa é justamente sua motivação enquanto política. Apesar de uma série de limites concretos dos MSE/MA, são eles que buscam possibilitar uma ressocialização e formação mais ampla ao adolescente em conflito com a lei. Isso pode ser percebido na sua dinâmica objetiva de ligação com outras instituições do meio em que estão inseridas, assim como na possibilidade de proximidade e integração com a comunidade do entorno, sempre buscando potencializar e destacar as qualidades e capacidades dos jovens. Por mais que a prática traga as contradições que ainda serão melhor expostas, é na realidade também onde encontramos ancoragem para pensar como desenvolver essa política de maneira que o olhar geográfico contribua para sua qualificação e efetividade enquanto ponto importante da relação entre sujeitos em seu território.

### 2.1.2. CIEJAs

Nesse contexto social, percebemos que a desigualdade socioeconômica é um dos principais indicadores da violência, crescente no país, principalmente nas regiões que apresentam menores índices de desenvolvimento humano, esse cenário reflete diretamente em um contingente significativo da população que luta diariamente pela subsistência, vendo, muita das vezes, seus direitos e garantias fundamentais, negligenciados pela falta de condições dignas de sobrevivência.

O reflexo desse quadro é diariamente constatado pela vulnerabilidade de adolescentes que se tornam mais susceptível às mazelas sociais pela falta de assistência e amparo da família, da comunidade, da sociedade e, principalmente do Estado que tem o papel de viabilizar e oferecer as condições, mínimas necessárias, para o desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes, principalmente no que concerne à educação. (...)

A educação de qualidade está associada, também, às condições que os adolescentes vivem, pois, a educação sozinha, não será capaz de corrigir as injustiças socioeconômicas, mas sem educação, a perspectiva do desenvolvimento integral, não se concretiza (SILVA, 2019, p. 22, 23)

Essa citação da pesquisa realizada por Jaqueline da Silva pela Universidade Federal da Bahia (2019) introduz a essência da abordagem sobre educação que se terá ao longo do presente trabalho. Essa mesma formulação foi a que fez com que o trabalho se redirecionasse, tirando o foco exclusivamente da sala de aula e inserindo o debate educacional junto a uma realidade mais ampla do jovem que cumpre medidas socioeducativas. Considerar a escola enquanto uma potencialidade que não se cumpre, junto a um cenário de privação total de direitos para a população trabalhadora e mais pobre do país. Entender como uma só a crise sistêmica da segurança, da educação, da saúde, da assistência social e do judiciário em um país que estruturalmente não consegue evoluir nessas áreas. E não só a crise, mas entender como esses elementos todos são indissociáveis para entender e pensar a realidade concreta e, mais que isso, sua transformação. Infelizmente, as condições objetivas não permitem que a presente pesquisa se aprofunde nisso, mas é nessa complexidade que se pensará especificamente sobre a educação e sua relação (no espaço) com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Para essa discussão, a opção feita desde o início foi olhar para os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos, uma política municipal da cidade de São Paulo que será melhor dissecada alguns parágrafos à frente. Isso porque, para que a escolha pelo estudo dos CIEJAs fique clara, antes mesmo de entender seu caráter, é necessário que se trate sobre a relação normalmente estabelecida entre os jovens em conflito com a lei e a escola formal. Tal relação se dá com uma instituição educacional que está em crise há décadas em nosso país, tendo a expansão da rede pública sido acompanhada de uma piora natural considerando a diferenciação entre escolas para diferentes classes socioeconômicas e a instituição de um funcionamento em muitos termos mercadológico. (OLIVEIRA, 2007)

Esse cenário problemático não é exclusivo para a relação dos adolescentes em conflito com a lei, mas um problema estrutural causado pelo fato da educação funcionar, hegemonicamente, como um instrumento de produção e reprodução da lógica excludente, exploratória e opressora da sociedade em geral.

A educação é hoje considerada um dos principais meios de socialização e de promoção do desenvolvimento dos indivíduos. A educação formal se encontra organizada por meio dos sistemas educativos, que se pensados em um contexto histórico, social e cultural mais amplo, acabam por ilustrar os valores que orientam a sociedade e que representam os ideais que esta pretende transmitir. (...)

A partir do momento em que a escola trata a todos como iguais, ela está ajudando a reproduzir a estrutura de classes, pois a escola não é neutra, a medida que os conteúdos, os métodos, os valores que ela comporta são notavelmente mais próximos à cultura de determinados grupos sociais do que de outros. Pode-se dizer que esses grupos que não se identificam com essa cultura, apresentam conseqüentemente mais dificuldade em se adaptar. (CARVALHO, 2009, p. 132)

Um lugar que representa uma série de contradições para os adolescentes por si só, é inclusive um espaço excludente para muitos dos grupos de jovens que mais poderiam se beneficiar dela. Pode-se considerar isso também para o estudante em cumprimento de medida socioeducativa, que muito tem a contribuir e se desenvolver na escola, mas que não encontra nela a receptividade necessária. Esse potencial infelizmente tem pouco espaço nas instituições educacionais, o que faz com que, mesmo elas sendo o principal encaminhamento para medidas como a Liberdade Assistida, ainda tenham muita dificuldade para o estabelecimento de um vínculo real. (OLIVEIRA, 2007)

Pode-se trabalhar com uma série de problemáticas da escola formal brasileira hoje, de diferentes caráteres, e que atingem não só os jovens que estamos focando aqui, mas toda a juventude do país. A falta de estrutura nas escolas públicas, representativa de um determinado projeto político de sucateamento e desvalorização, é só o início para tratarmos dos fatores que ajudam no afastamento entre os adolescentes e esses espaços da educação. Outra marca muito importante nas instituições tradicionais de ensino é o autoritarismo e como ele é forte na visão dos estudantes, tanto se pensarmos a estruturação e dinâmica cotidiana nada democrática dessas escolas, quanto se considerarmos a estrutura física prisional a qual ela remete (CARDOSO, 2009). Para os estudantes com conflitos com a lei ou que passaram por essa situação, a significação das barras nas janelas e das fileiras numeradas é ainda mais forte. Reforçando esse ponto, ainda poderíamos trazer Foucault quando diz que “o sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior.” (FOUCAULT, 1996, p.120)

Outro problema central das instituições educacionais é o próprio desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, que já conta com uma série de características que são excludentes e por vezes muito básicas, como é o caso da falta de diversidades de línguas e linguagens no ambiente escolar e mesmo nas atividades em sala de aula. Essas dificuldades metodológicas que seguem reproduzindo estratégias ultrapassadas ainda são mais complicadas quando consideramos que o próprio conteúdo ensinado muitas vezes não interessa. Não é feito um trabalho de apropriação dos aprendizados, entendendo como eles podem ter diversas utilidades e mesmo como interessam para além desse utilitarismo, ao mesmo tempo que também não se relaciona os conteúdos e habilidades a desenvolver com a realidade dos jovens (CARVALHO, 2009). Nem mesmo vínculos simples e pontuais são feitos muitas vezes, e se pensamos em uma escola tradicional reprodutora das dinâmicas da

ordem hegemônica, é ainda mais difícil encontrar temáticas trabalhadas de maneira a interessar e engajar a criança ou adolescente.

Essas problemáticas supracitadas, como se percebe, são de um caráter mais amplo, afetando não só adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, mas também sendo fatores que afetam diretamente esse setor da juventude e representam um peso diferente para eles. Para adentrar questões mais especificamente desse grupo de foco da presente pesquisa, iniciaremos falando de um ponto que é também compartilhado com grandes setores da juventude filha da classe trabalhadora brasileira. Se trata da priorização do trabalho em detrimento do bom desenvolvimento dos estudos, o que leva aos níveis de evasão escolar existentes hoje e que é um sintoma claro da deterioração do tecido social em nosso país. A necessidade de uma dinâmica de vida que não só tenha a atividade profissional como parte, mas sim como centro, ainda no período da infância já é um sinal alarmante. No caso dos jovens em conflito com a lei, podemos perceber como essa priorização é feita por vezes no próprio encaminhamento, entendendo a situação de vulnerabilidade econômica do adolescente e o determinando que procure uma vaga de jovem aprendiz. Por mais que essa questão dificulte a frequência escolar e cause maior instabilidade ou até abandono dos estudos, não se pode deixar de comentar como a própria contratação em um emprego formal é difícil para essa juventude estigmatizada. Essa marcação quase que definitiva como infrator é uma das especificidades da relação desses jovens com a escola que serão discutidas a seguir.

Existe um problema ainda anterior a essa estigmatização, que é das próprias relações anteriores que o adolescente já estabeleceu com o sistema educacional. Isso porque o histórico escolar de qualquer jovem é negativamente afetado pelas problemáticas já descritas aqui e, para além disso, é relatado pelos profissionais de MSE/MA que muitos dos atendidos já se envolviam em conflitos com os colégios onde estudavam antes de ter embates com a própria lei. Esses “traumas” é um dos motivos que transferências constantes, sem uma boa adaptação ao novo ambiente, são postas como comuns nos casos de estudantes em cumprimento de medida socioeducativa ou que passaram por tal. Aparece aqui mais uma vez a condição quase eterna de “errado” que é o ponto base para retornarmos a tratar sobre a estigmatização que esses jovens sofrem, normalmente sendo vistos como eternos infratores.

Para além da dinâmica excludente e até mesmo persecutória que a escola pode reproduzir a partir da sociedade como um todo, é necessário compreender que outros significados a educação adquire para esses adolescentes em sua trajetória. Primeiramente, existe uma própria repulsa dos colégios em relação aos jovens que cometem atos infracionais, sendo relatado por uma técnica de um serviço que haviam convidado recentemente

representantes de dez escolas diferentes para dialogar com o MSE/MA e que nenhuma compareceu. A recíproca desse distanciamento, infelizmente, é verdadeira. Isso porque o que inicialmente seria “um direito das crianças e adolescentes e um dever dos pais e do Estado” é “trabalhado, enfaticamente, o retorno e/ou permanência na escola como um dever do adolescente” (OLIVEIRA, 2007, p. 68). Essa dinâmica prioriza exclusivamente a frequência e outras indicações burocráticas como suficientes para o cumprimento da dimensão educacional das medidas. A relação se torna ainda mais distante, com uma obrigatoriedade de comparecer à escola que torna o jovem quase que rival do “estudante”, uma figura metafórica que representa o aprisionamento na instituição escolar. Mesmo quando fisicamente no colégio, esses adolescentes apenas se fazem presentes de corpo, seja para agrado de sua família, do orientador da medida, ou até mesmo para que não tenha punições posteriores (CARVALHO, 2009). Por fim vale ressaltar como a própria dinâmica de manutenção desses jovens em situações precárias e instáveis acaba por causar muitos casos de reincidência ou mesmo de mudanças de pena, algo que também atrapalha significativamente o pleno desenvolvimento da trajetória escolar e é um sintoma de falhas estruturais frente ao que a sociedade brasileira se propõe em suas leis.

O resumo desse cenário, para além da evasão escolar, é de uma idade média dos serviços entre 15 e 17 anos que ainda se encontra majoritariamente no Ensino Fundamental. Após essa extensa introdução sobre como se dão certas relações e contextos, fará mais sentido a exposição agora do que são de fato os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos. Segundo a própria Secretaria Municipal de Educação (SME), em sua publicação “CIEJAs na cidade de São Paulo: identidades, culturas e histórias”, traz claramente:

Os CIEJAs são equipamentos públicos municipais criados para garantir direitos aos jovens e adultos que não puderam estudar na intitulada “idade certa” e atuam na direção de cumprir as três funções principais da Educação de Jovens e Adultos previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para essa modalidade, quais sejam: reparar, qualificar e equalizar as aprendizagens. Atualmente, a RME conta com dezesseis CIEJAs, cujo público são pessoas acima de 15 anos até qualquer idade, nos períodos matutino, vespertino e noturno, com jornadas de estudo de 2h15 diárias. (SME, 2020, p. 7)

Surgidos em 2003 a partir dos antigos Centros Municipais de Ensino Suplementar (CEMES), apenas no final de 2009 foram consolidados como uma modalidade oficial da Rede Municipal de Ensino da cidade, o que significou maior estruturação enquanto instituição educacional e garantiu a continuidade da política. Em constante transformação e com fortes especificidades dos territórios onde estão inseridos, os CIEJAs tem uma série de



particularidades em relação a outros modelos escolares, com uma proposta pedagógica mais democrática, participativa e integrada. Apresenta uma possibilidade que tem se provado mais atraente que a escola “regular”, principalmente para aquelas pessoas que têm dificuldades adicionais de se adaptar nesses espaços tradicionais que, como já tratado, carregam uma série de contradições. Abarcando o público que não se encontra nos anos esperados considerando sua idade, essa diferença frente às modalidades mais formais permite que diversas especificidades sejam abarcadas em um mesmo espaço.

Em uma visita a um CIEJA ou na observação de suas aulas, percebe-se que os estudantes não são homogêneos e que existem diversas necessidades pedagógicas diferentes naquele mesmo Centro. Surdos-mudos, pessoas com síndrome de Down, e também jovens que cumprem medidas socioeducativas, principalmente a Liberdade Assistida, entre outros. Essas pessoas encontram nesse novo espaço educacional uma experiência em muitos termos diferente dos traumas escolares que carregam, ou mesmo tem ali o seu primeiro contato com uma proposta de ensino que abarque e considere suas particularidades. Muitos elementos poderiam ser melhor dissecados como fatores essenciais para esse caráter dos CIEJAs, como a metodologia de trabalho por projetos, a adoção de técnicas inclusivas, a organização das aulas por áreas do conhecimento, a valorização dos acúmulos anteriores dos estudantes e o estímulo existente da realização de projetos e parcerias que dialoguem com o território e com outros sujeitos e instituições presentes nele. Isso tudo pôde ser brevemente observado nas pesquisas realizadas em campo, principalmente no CIEJA Campo Limpo, mas são fatores também expostos pela própria SME.

Localizam-se nas periferias da cidade com o intuito de atender à população em maior vulnerabilidade, a qual foi sistematicamente excluída de seus direitos, visando combater, por meio do acesso à educação pública de qualidade, todas as formas de preconceito ou discriminação entre pessoas com diferenças de cultura, etnia, cor, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade (imigrantes e refugiados), origem e posição social, profissão, religião, opinião política, deficiência ou outra diversidade.

Os CIEJAs têm sua ação educativa fundamentada nos princípios da universalização de igualdade de acesso, permanência e sucesso no ensino fundamental e disponibiliza um espaço intraescolar formador, buscando oportunizar a qualificação profissional, com os objetivos de: (...)

II - favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao contexto profissional e ao saber fazer, saber ser, saber aprender e saber conviver;

III - realizar a inclusão configurada no princípio de igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos para que não se transforme em desigualdade social;

IV - considerar a diversidade da condição do estudante, atender às dimensões do desenvolvimento, acompanhando e facilitando um projeto de vida, desenvolvendo o sentido de pertencimento;” (SME, 2020, p. 7, 8)

“Como qualquer instituição que tem como principal “objeto de trabalho” o ser humano, os CIEJAs estão em constante mudança para adaptarem-se às novas

demandas e aos recursos tecnológicos, sempre com objetivo de ajudar na formação de cidadãos críticos e conscientes, promovendo assim, por meio do trabalho diário, o resgate da autoestima, fundamental para que pessoas até então excluídas e injustiçadas possam voltar a sonhar. (SME, 2020, p. 10)

Longe de significar um modelo perfeito, essas características deixam claro porque no cenário de crise, inclusive educacional, sobre o qual se propõe pensar, são aspectos que podem ajudar a entender limites e possibilidades dessa realidade. A própria formulação político-pedagógica dos CIEJAs busca enfrentar uma série de problemáticas já expostas aqui, sendo de interesse do trabalho esse olhar para a instituição. Além disso, é importante durante a análise considerar que se está diante de uma política relativamente recente e que, por mais que permita o deslumbre de uma série de possibilidades, ainda se encontra em uma estrutura escolar e societária que não carrega os mesmos objetivos de transformação. As contradições e dificuldades estruturais que entram em conflito com iniciativas promissoras são ainda mais significativas em uma cidade como São Paulo.

### 2.1.3. Município de São Paulo

Com mais de 12 milhões de habitantes dentro de seus limites e mais algumas dezenas em toda a região metropolitana conurbada, São Paulo é a maior cidade da América e a quarta maior do mundo. Essa sua configuração extremamente populosa se junta ao que hoje é um centro global e principal ponto de desenvolvimento econômico no país para caracterizar a magnitude da capital paulista. Acompanha essa realidade um brutal caráter excludente, desigual e violento da metrópole, que em 2010 contava com um índice de Gini (que indica a diferença entre os grupos sociais) de 0,6453 (Censo do IBGE, 2010), um número relativamente bem alto que superaria do país mais desigual do mundo (África do Sul, com 0,630<sup>3</sup>). A violência e a criminalidade também já são elementos cotidianos em São Paulo, tendo se tornado nesse ano a principal preocupação dos habitantes (Datafolha Apud G1), com quase metade da população tendo sido alvo de algum crime entre março de 2022 e fevereiro de 2023 (Insper). Essas taxas podem servir para discutirmos a falha da segurança pública, mas também dizem respeito aos problemas educacionais e de assistência social que aqui tratamos.

Logicamente que a magnitude da cidade oferece uma série de desafios significativos para o estabelecimento de uma rede pública de qualidade em qualquer uma das áreas. Além disso, existe uma infinidade de fatores que podem ser discutidos ao pensar como se dão as tentativas de estruturação do atendimento à população e seu funcionamento prático. Para fins

---

<sup>3</sup> Dados do Banco Mundial, 2023.

dessa pesquisa, o foco será dado justamente para a geografia das instituições de educação e assistência social estudadas, entendendo como se concretizam nos limites municipais. Nesse percurso, serão considerados também outros elementos da realidade institucional de São Paulo, mas servirão para conseguir compreender os limites que essa apresenta e quais possibilidades podem surgir (ou surgem) a partir dela.

Um exemplo claro essencial para tratar desse ponto é a fragmentação entre os serviços urbanos de diferentes áreas e frentes de atendimento. Nessa investigação, trataremos mais à frente as distâncias e proporções entre os serviços de MSE/MA e os CIEJAs, considerando o segundo como uma potencialidade ao se integrar com o primeiro. Essas integrações serão consideradas como um elemento imprescindível para uma transformação da rede socioeducativa e de educação em São Paulo, assim como para a assistência social no geral ou outras áreas como a saúde, onde já ocorre mais por conta do Sistema Único de Saúde (SUS). Um fator que precisa ser pensado sobre as distâncias (não só físicas) entre os diferentes serviços é a própria gestão das instituições. Por mais que será uma característica pouco aprofundada no presente escrito, a gestão privada por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) dos serviços de MSE/MA parece ser claramente um dificultador de iniciativas de integração, diálogos e parcerias, ainda que existam muitos exemplos de esforços para que essas ocorram e experiências bem sucedidas.

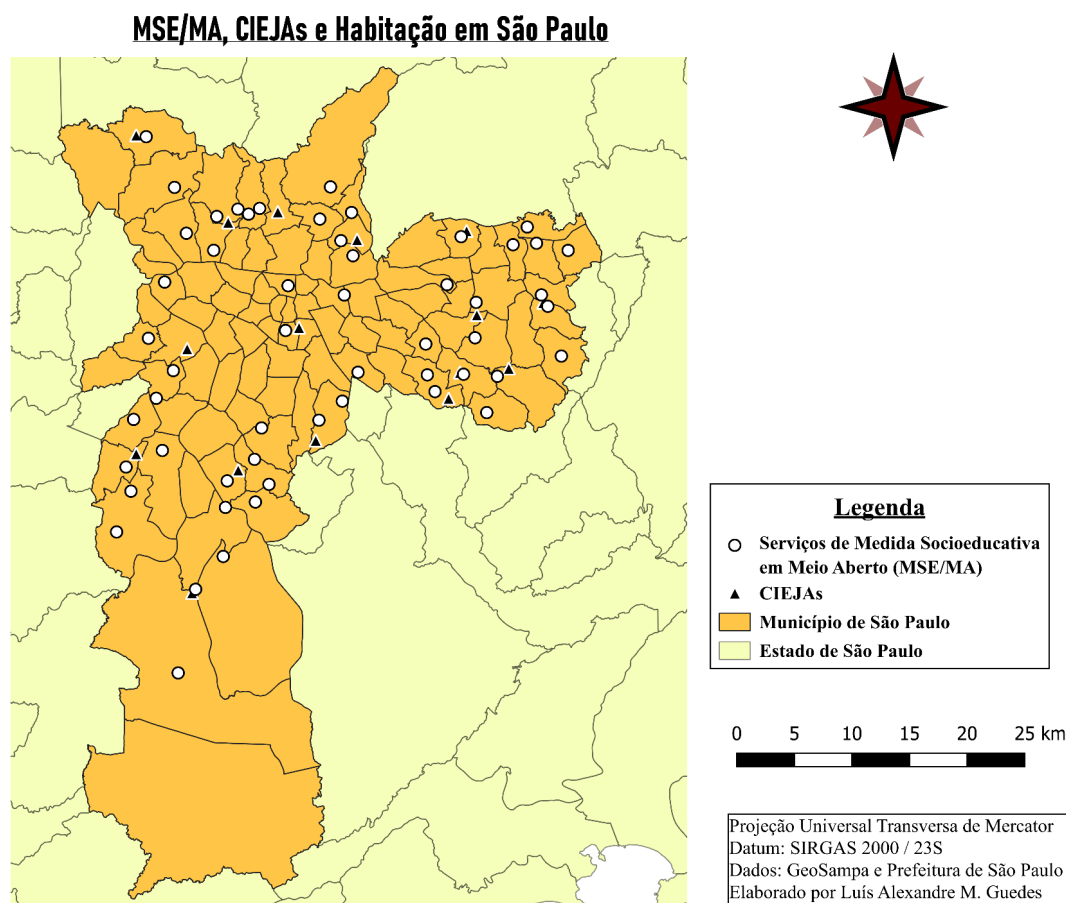
Se voltando para a geografia dessas instituições na escala municipal pode-se fazer uma análise geral sobre a distribuição e presença dos CIEJAs e MSE/MAs nas diferentes regiões da cidade, com diferentes características entre si. As especificidades desses territórios de referência por si só já é algo a ser apreendido para entender melhor esses aparelhos urbanos, pois eles “possuem singularidades e ações importantes nos territórios em que estão inseridos” (SME, 2020, p. 8). Porém, no presente trabalho, mais do que observar essa questão em diferentes serviços específicos, se terá uma visão geral que busque compreender o que a localização na metrópole dos espaços de MSE/MA e dos CIEJAs. Será um olhar geográfico voltado a identificar que aspectos do atendimento socioeducativo podem ser pensados através de entender onde estão as instituições responsáveis no meio da malha urbana.

Logicamente, há uma gama de temáticas que poderiam ser levantadas também através desse mapeamento supracitado, porém a pesquisa irá se dedicar no sentido de perceber quais os distritos que abrigam esses serviços e o que eles “contam”. Cruzando com dados que caracterizam essas diferentes regiões, pode-se usar da geografia para identificar o público-alvo das políticas, para entender quais são as distâncias entre diferentes aparelhos que

dialogam, até mesmo para verificar a essência elitista e racista da segurança pública e do judiciário e como ela se concretiza no espaço.

Os mapas que seguirão vão justamente no sentido de apresentar um pouco desses debates e como eles podem contribuir para uma boa apreensão dos limites e possibilidades da institucionalidade hoje. Por mais que se tente abarcar o máximo de aspectos nessa pesquisa, ela tem uma limitação do seu próprio objeto de estudo: todo o olhar geográfico será voltado para a institucionalidade. Por mais que essa abordagem permita o acesso a muitos elementos da realidade de cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, não significa de nenhuma maneira uma visão completa sobre a geografia dos jovens que são alvo dessa política, e nem mesmo do funcionamento sistêmico do judiciário e da segurança pública nesse contexto. O que as instituições podem ajudar é no sentido de um bom entendimento da situação da estrutura socioeducativa à disposição desses adolescentes, enxergando a base real sobre a qual precisam se compreender os limites, suas potencialidades e traçar possibilidades para transformação.

### 3. Mapeamento das instituições relacionadas aos jovens em cumprimento de MSE em Meio Aberto



**MAPA 1:** A localização dos serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE/MA) e dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) no município de São Paulo (SP).

Um dos objetivos centrais do presente trabalho consiste em contribuir, mesmo que limitadamente, com os debates sobre os serviços que atendem os jovens que hoje cumprem medidas socioeducativas em meio aberto na capital paulista. Ainda no início da pesquisa, em diálogo com o diretor do CIEJA Campo Limpo, Diego Elias, geógrafo de formação, ele apresentou como sugestão para o estudo que se fizesse também um mapeamento mais detalhado tanto sobre os CIEJAs quanto sobre os serviços de MSE/MA. Assim, pôde-se pensar em como a área do conhecimento dessa pesquisa poderia contribuir para essa temática a partir das suas categorias e formulações.

Enxergar onde determinadas instituições, aparelhos ou sujeitos estão na cidade não se trata apenas de um processo de georreferenciamento, mas sim de usar da localização para entender as dinâmicas territoriais e os significados de determinados arranjos no espaço urbano. Ao pensar em São Paulo, uma cidade de enormes proporções, a compreensão sobre

como determinada política se espacializa permite que se apreenda características da própria política e de sua concretização prática e cotidiana. É a partir do entendimento sobre a importância dessa contribuição que temos claro a relevância do pensamento geográfico para discutir diferentes temáticas, para analisar como a realidade se dá objetivamente (afinal, essa sempre se dá em algum lugar) e principalmente, conseguir debater mais profundamente as transformações sociais, políticas e econômicas necessárias.

No mapa 1, elaborado a partir das bases de dados da Prefeitura de São Paulo, parte deles organizados na plataforma GeoSampa<sup>4</sup>, se fez o trabalho inicial de georreferenciamento das instituições. Os endereços dos CIEJAs e MSE/MAs estavam disponíveis nas plataformas de informação do município, mas não atrelados a nenhuma base territorial. Dessa maneira, a partir do uso do programa QGis e de complementos disponíveis, foi possível realizar esse trabalho de mapeamento de ambos aparelhos de maneira conjunta, não focando na localização individual de cada um, mas para estabelecer qual era a maneira que estavam organizados e distribuídos espacialmente.

Em dezembro de 2023, a cidade de São Paulo dispõe de um total de 16 CIEJAs e 54 serviços de MSE/MA espalhados por diversos distritos e regiões, tendo pelo menos uma unidade de cada em todas as zonas urbanas (Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro). O Levantamento Nacional do SINASE em 2023 apontou que o estado de São Paulo tem aproximadamente 42% dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil, contando com 4.886 dos 11.556 dos adolescentes nessa condição na data da pesquisa em 30 de junho do ano de referência. Especialmente direcionados aos serviços de MSE/MA na capital paulista, segundo o Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo, em 2014 (último ano em que foi possível localizar a informação), o município possuiu uma média anual de 8.313 adolescentes em cumprimento. Conforme se começa a articular os dados, é possível notar questões estruturais e relevantes que tangenciam esse estudo.

De acordo com a Pesquisa Origem/Destino 2017 (Metrô/SP), a cidade de mais de 12 milhões de habitantes tem mais de 34% de sua população sem ter concluído o Ensino Fundamental, ou seja, mais de 4 milhões com esse nível de escolaridade. Considerando esses dados, se metade das pessoas que não tiveram a possibilidade de se formar na escola na idade prevista buscasse um CIEJA para ter acesso ao seu direito, cada unidade teria de atender mais

---

<sup>4</sup> GeoSampa é um portal de dados georreferenciados acerca da cidade de São Paulo (SP). Criado em 2015, é alimentado pela Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO) da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) e conta em dezembro de 2023 com mais de 350 camadas para análise e download. Com mais de dois milhões de acessos por ano, já se consolidou como uma referência e a maior plataforma do tipo no país.

de 125 mil pessoas, um número completamente fora da realidade. Mesmo com estimativas mais conservadoras, é fácil perceber como essas políticas não abarcam nenhuma tentativa de massificação, estando claro uma oferta aquém do necessário para atingirem maiores contingentes. A manutenção desse cenário (que não pode ser acidental) indica aspectos importantes acerca da visão hegemônica dos responsáveis por esses aparelhos sobre como devem ser conduzidos. E vale deixar claro que por responsáveis tratamos daqueles que têm possibilidade de ampliar e reorganizar essas políticas se de seu interesse, não aqueles técnicos e gerentes responsáveis pela condução cotidiana dos serviços.

Ainda tratando da estrutura disponível para garantir a existência objetiva dos serviços de MSE/MA, durante o diálogo com um técnico formado em assistência social de uma das instituições visitadas, ele tratou da própria quantidade de profissionais. Reclamação recorrente em outras visitas feitas durante o estudo, a demanda por mais profissionais vem, mais do que de uma sobrecarga em relação aos acompanhamentos semanais feitos na própria unidade, no sentido de garantir o funcionamento mais próximo do ideal dos serviços. Um exemplo dado foi sobre as visitas a serem realizadas aos jovens envolvidos e em algumas instituições com que possuem parcerias, que em uma instituição com apenas três técnicos, eram impossíveis de serem feitas frequentemente. Isso ocorria pois era necessário que permanecesse pelo menos um técnico no aparelho para atender quem pudesse aparecer e dois realizando as visitas, e quando um dos profissionais saía de férias ou tinha conflito de horários, se tornava muito difícil qualquer saída a campo que mantivesse a estrutura funcionando devidamente.

Outro tema que apareceu nas visitas realizadas, ainda em relação à solidez desse serviço, foi sobre como muitas instituições relacionadas à Prefeitura, como são os CIEJAs e MSE/MAs, dependem muito de imóveis alugados para sua ação cotidiana. Isso representa uma dificuldade a mais para o estabelecimento de unidades, ainda mais com uma estrutura que abarque propostas interessantes. Boa parte das instituições estudadas diretamente em campo funcionam em lugares que eram anteriormente casas e dessa maneira dispõe de uma estrutura física diferente do tradicional, algo que em muitos casos é positivo para o acolhimento do espaço frente aos seus frequentadores e o surgimento de alternativas educativas.

Esses serviços estão referenciados com base nos territórios onde estão presentes, assim como muitas das estruturas públicas do país, por exemplo o SUS e suas subdivisões. Os CIEJAs estão ligados às Diretorias Regionais de Educação (DRE)<sup>5</sup>, com apenas uma das treze

---

<sup>5</sup> As Diretorias Regionais de Educação são coordenações locais da Secretaria Municipal de Educação e servem para organizar e dirigir a implementação da política educacional da cidade em cada região. No município de São

divisões existentes no município não tendo esse serviço para a formação de jovens e adultos fora da idade escolar esperada, a DRE de São Miguel Paulista. Como explicado pela própria proposta do Centro Integrado, a ideia é que eles possam atender justamente a população que não teve seu direito à educação garantido e que se concentra majoritariamente nas periferias da cidade. Os aparelhos de MSE/MA já seguem outra dinâmica, mas suas 54 unidades também acabam por se espalhar principalmente pelas por essas mesmas regiões do espaço urbano. Eles adquirem um forte caráter territorial pois o encaminhamento dos adolescentes em conflito com a lei que tem sua medida socioeducativa determinada pelo Conselho Tutelar ou por um Juiz da Infância e Juventude é feito para a instituição de MSE/MA que fica mais próxima fisicamente de sua casa. Além disso, são aparelhos diretamente referenciados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) das suas respectivas regiões.

Para começar a analisar a localização dessa rede de atendimento sobre a qual se está pesquisando, vale trabalhar com a ideia de distância que se citou no último parágrafo. A diferenciação de ter deixado claro que a proximidade considerada para o encaminhamento de adolescentes é a física se deu pois é importante entender que a quilometragem de um percurso não é o único fator que deve ser considerado para pensar sua distância. A acessibilidade entre um espaço e outro é essencial para uma análise mais apropriada, ainda mais formulando sobre a cidade de São Paulo, que sofre com uma série de problemas na estruturação do transporte público e que tem dimensões absurdas quando comparada a uma malha urbana qualquer. Essa questão foi discutida, por exemplo, quando o gerente de um dos MSE/MA visitados tratou da dificuldade de diálogo com a escola formal, ao que foi indagado se conhecia os CIEJAs e se não seria uma alternativa. A resposta foi no sentido de apontar que, em determinada parte da Zona Sul da cidade o acesso a qualquer instituição do tipo leva mais de uma hora de deslocamento, muitas vezes necessitando até de troca de transporte. É um cenário muito relevante para pensar todo o debate da localização desses aparelhos, já que na mesma Zona Sul existem três CIEJAs, que claramente não são o bastante, principalmente considerando a dinâmica das movimentações pelo meio urbano na megalópole de São Paulo e as dificuldades quando tratamos de pessoas menores de 18 anos circulando sem auxílio ou acompanhamento.

Por fim, antes de analisarmos mais precisamente as características do espaço onde esses serviços estão inseridos, é necessário fazer considerações acerca da relação espacial que as diferentes unidades e instituições têm entre si. No último parágrafo, já tivemos um exemplo

---

Paulo, temos hoje 13 DREs que atuam cada uma em quatro subdivisões: Supervisão Escolar, Pedagógica, Administração e Finanças, e Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral.



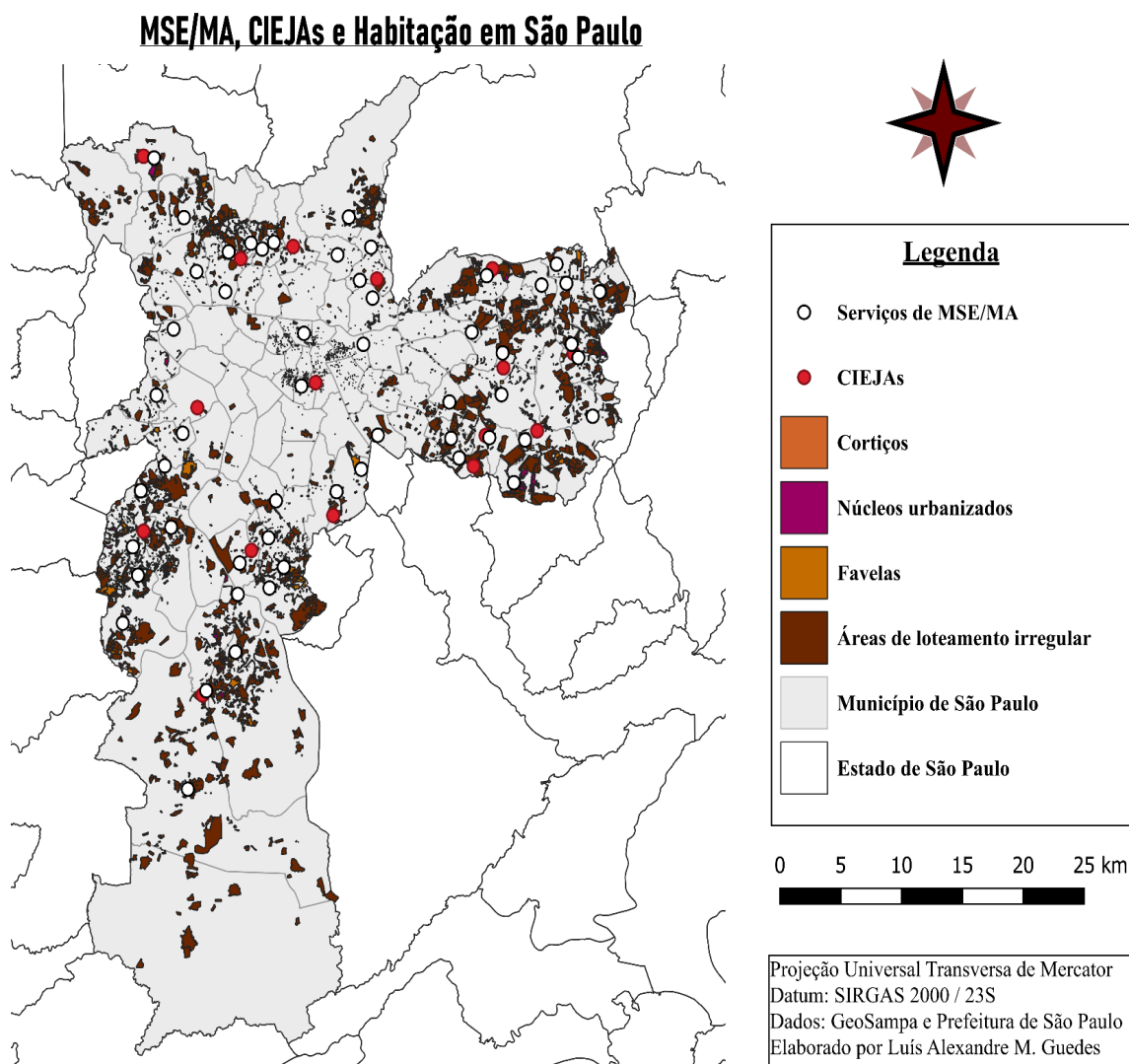
de problemáticas objetivas que ocorrem no diálogo de diferentes órgãos e profissionais, porém para além disso, foi possível perceber que existe uma lógica fragmentada no atendimento, principalmente no que se trata dos MSE/MAs. Por mais que haja esforços dos trabalhadores no sentido de criar relações mais sólidas entre aparelhos de um mesmo território ou que tenham um nível de proximidade, ainda existem diferentes políticas e métodos sendo aplicadas nessas instituições. As parcerias, muitas vezes, são vistas como uma prática pontual ou uma articulação para um fim específico, e não como ferramenta no processo de ressocialização dos jovens e da própria formação e desenvolvimento da dinâmica da comunidade.

Por mais que os CIEJAs também deveriam ter condições que permitissem relações entre as diferentes unidades mais frequentemente e de maneira mais estruturada, sua política ainda vai no sentido de uma ação integrada e um projeto pedagógico similar. Parte da fragmentação dos serviços de MSE/MA está nas concepções acerca dessa política que as Organizações da Sociedade Civil responsáveis pela administração dos serviços possuem. Com diferentes caráteres, as OSCs adotam também uma grande variedade de metodologias e propostas, que muitas vezes não estão de acordo com as experiências mais bem sucedidas, principalmente quando a gestão está presa a crenças religiosas ou mesmo educacionais atrasadas. A terceirização na administração desses aparelhos poderia ser uma temática de pesquisa à parte, mas deve ser sempre considerada mesmo no presente trabalho, pois é um fator que nos ajuda a entender a lógica que seguem os responsáveis pela gestão.

### **3.1. Sobreposições: onde estão os serviços? E o que isso nos conta?**

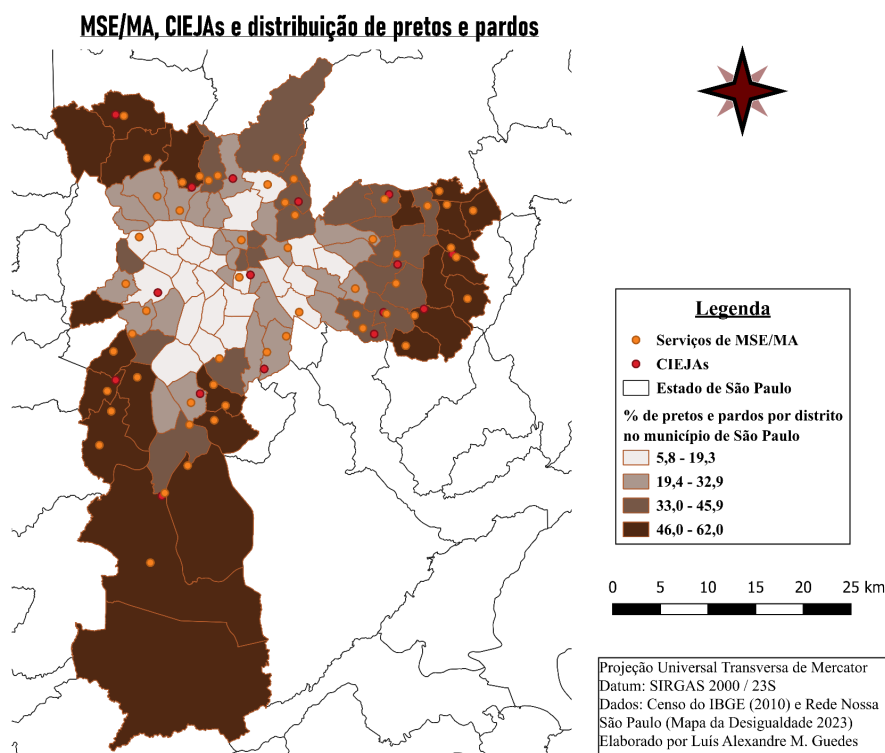
Por mais que o padrão de distribuição e a localização em absoluto da rede que esta se analisando são essenciais para se iniciar uma investigação sobre o que a geografia desses lugares pode revelar, é entendendo as características dos espaços da cidade onde estão os CIEJAs e MSE/MAs que podemos chegar a conclusões mais próximas da realidade. Só compreendendo o dado de localização desses aparelhos no meio urbano junto a uma qualificação desse meio é que a geografia poderá contribuir para uma análise mais completa de como se materializa todos os debates políticos que se tem visto até aqui no trabalho. É clara, pelos motivos já tratados, a distribuição dessas instituições principalmente pelas periferias de São Paulo. Porém, para um olhar que possa estudar os fenômenos o mais próximo da sua totalidade possível, é imprescindível que se perceba quem é a população presente nessas regiões, que padrão isso segue e de que maneira podemos atrelar isso ao caráter dos próprios órgãos de educação, do judiciário e da assistência social.

Antes do que tratar especificamente de cada mapa elaborado durante a pesquisa, cabe reunir as três cartas de sobreposição que foram feitas para poder observar dinâmicas de distribuição e mesmo proximidades entre os diferentes fenômenos e temas analisados.



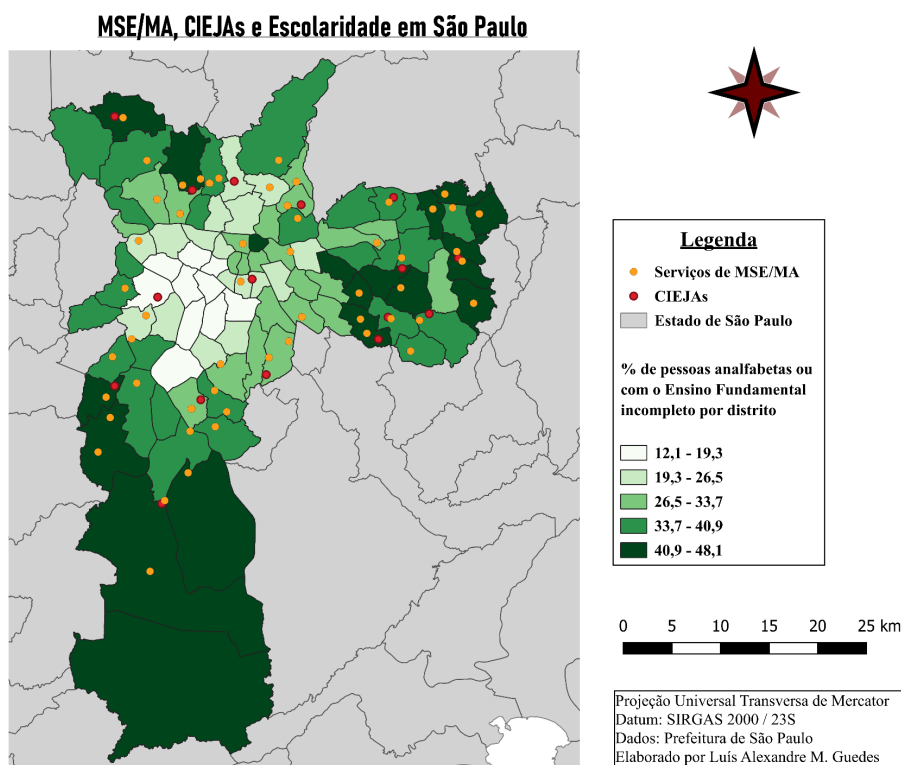
**MAPA 2:** A localização dos serviços de MSE/MA e dos CIEJAs em relação aos tipos de habitação precária<sup>6</sup>, município de São Paulo (SP).

<sup>6</sup> **Loteamento irregular** - processos de loteamentos irregulares (lotes que não foram regularizados por não atender à legislação de parcelamento e uso do solo) cadastrados e produzidos pela Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria de Habitação (SEHAB) (as irregularidades das áreas mapeadas possuem origens diversas); **Cortiços** - moradias multifamiliar, construídas por uma ou mais edificações em um mesmo lote urbano, subdivididas em vários cômodos alugados, sub alugados ou cedidos a qualquer título; **Favelas** - seguindo definição do IBGE e da própria SEHAB, favelas presentes no Mapeamento Digital da Cidade de São Paulo (2004); **Núcleos urbanizados** - são favelas que já possuem infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo. (Definições da SEHAB e do portal GeoSampa).



**MAPA 3:** A localização dos serviços de MSE/MA e dos CIEJAs em relação à proporção de pretos e pardos por distrito, município de São Paulo (SP).

Por mais que analisá-los individualmente seja um momento necessário para poder ter uma melhor apreensão de cada mapa, é na totalidade do que foi produzido para o presente trabalho que reside sua essência. Para formular sobre as questões que se propõe, a investigação se vale de tentar entender o máximo de elementos da totalidade sobre a qual se debruça. Nesse caso, somente reunindo informações de diferentes tipos que se pode usar da espacialidade para compreender as instituições relacionadas às medidas socioeducativas, sua localização e como se pode, através disso, ter uma noção do público e objetivo que possuem. É parte do debate sobre a política em si a realidade na qual ela está inserida, pois esse aspecto representa, no mínimo, que população e território ela busca atender. Tratando esses dados junto de um conhecimento da dinâmica social do país e de São Paulo, os limites e possibilidades dos serviços estudados ficam mais claros e dialogam com um contexto mais amplo de análise e problematização.



**MAPA 4:** A localização dos serviços de MSE/MA e dos CIEJAs em relação à proporção de pessoas analfabetas ou que não concluíram o Ensino Fundamental por distrito, município de São Paulo (SP).

Os mapas acima ajudam a montar um quebra-cabeça que infelizmente é conhecido do senso comum quando se trata das populações periféricas em uma cidade como São Paulo. As pessoas que vivem nessas regiões possuem uma infinidade de características e especificidades, porém é possível formular algumas sínteses sem anular essas particularidades, justamente tentando traçar uma leitura desse grupo social enquanto tal. As periferias da capital paulista são em parte formadas por loteamentos irregulares e moradias precárias, com pouco esforço estatal no sentido da organização e qualificação urbana. A população, embora não tão negra quanto na periferia de outros centros urbanos do país (como Salvador ou Rio de Janeiro), ainda é consideravelmente mais diversa racialmente do que os distritos centrais da cidade, com uma grande quantidade de pretos e pardos. O mapa 4 ainda permite que se relacione esse cenário com a precariedade no fornecimento dos direitos mais básicos, como a educação. As migrações necessárias ao longo da trajetória, uma dinâmica de vida focada no trabalho para garantir o sustento e um sistema escolar em crise (como já foi tratado) são apenas alguns dos elementos que fazem com que boa parte dos distritos mais distantes ao centro tenham pelo menos um terço de sua população como analfabeta ou sem finalizar o Ensino Fundamental.

Esse contexto das comunidades e bairros periféricos é conhecido em diversas cidades do país, porém em São Paulo pode ser que carregue algumas contradições ainda mais

explícitas pela magnitude do município. Se tratarmos do cenário nacional, veremos muitas similaridades com aquilo que é observado nos mapas, onde os esforços de medidas socioeducativas estão sobre uma população específica, que durante sua vida tem uma proximidade muito maior e mais interações com o sistema judiciário do que setores mais privilegiados da sociedade. Nos dados do levantamento anual do SINASE em 2023, pode-se observar que mais de 60% dos adolescente em restrição/privação de liberdade no Brasil são identificados como negros e (pelo menos<sup>7</sup>) quase 20% possuem uma renda familiar de no máximo um salário mínimo. Essas estatísticas estão em conformidade com qualquer outra que busque sobre quem são as pessoas mais atingidas diretamente pelo judiciário e pela política de segurança pública hegemônica, inclusive em relação à escolaridade se considerarmos que, segundo levantamento do Infopen 2017, 55% das pessoas presas no país possuem Ensino Fundamental incompleto ou são analfabetas.

Com o que foi apresentado até agora, já é possível estabelecer qual o padrão demográfico dos distritos em São Paulo que mais contam com unidades de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e entender também como isso é parte do retrato da realidade social brasileira. Em uma sociedade violenta e que segue escolhendo “não achar caminhos” para mudar sua situação de maneira estrutural, é essencial que se considere a dinâmica existente para assim poder compreender sua manutenção. As poucas instituições de MSE/MA que se localizam no centro da capital paulista, por exemplo, estão próximas às regiões de cortiços e dos distritos com maior proporção de população negra, características consideradas de desvalorização da área por imobiliárias e incorporadoras, principalmente frente aos problemas urbanos que a cidade enfrenta.

A justificativa da maior presença da estrutura socioeducativa (mistura do judiciário com a assistência social) nos territórios que se caracterizou nos últimos parágrafos pode ir no sentido de apresentar as taxas de criminalidade atrelando-as às condições precárias de determinadas populações. Porém, além de uma análise superficial, esse olhar desconsidera a própria dinâmica de estruturação e a lógica dominante no funcionamento da Justiça enquanto instituição na sociedade de classes. A seletividade penal é, quando muito, considerada como um elemento subjetivo nos julgamentos e prisões, porém é colocado como algo fora da normalidade, do esperado. É necessário aqui, para não permitir essa visão pouco qualificada, reiterar que só um estudo profundo da estrutura estatal no capitalismo e do papel do sistema judiciário nesse contexto dar conta de como a própria formulação de leis e penas vai na

---

<sup>7</sup> Esse índice é certamente maior, pois quase 60% dos adolescentes foram classificados como tendo outras faixas de renda familiar ou não tendo informações disponíveis, sem uma diferenciação entre as categorias.

direção da marginalização de pessoas pobres, e no Brasil significa também uma intensificação desse processo pessoas negras. Quais crimes e atos infracionais são considerados mais graves, como se dá sua redação na legislação, esses são só alguns dos aspectos que ajudam na compreensão do objetivo da “Justiça” frente à realidade brasileira enquanto país da periferia do capitalismo.

A proposição de possíveis melhorias que buscassem modificar esse cenário de maneira mais relevante e até estruturalmente não pode focar apenas na manifestação do fenômeno em si, mas entender a essência política e social desse. Para tentar contribuir nessa formulação, a presente pesquisa resgata um elemento da fala de três profissionais diferentes com quem se conversou durante a investigação: a privação total de direitos da juventude trabalhadora, pobre e marginalizada. Pode-se verificar isso pelas estatísticas já citadas, pelos debates tangenciados e mesmo pelos mapas produzidos, onde alguns elementos desse processo ficam claros. Porém, existem muitos pontos que poderiam ser explorados sobre essa questão, e que merecem ser trazidos mesmo que brevemente.

A formação e desenvolvimento integral, em plenas condições, é um aspecto central que foi trazido desde o olhar para o ECA que se deu nessa pesquisa, sendo um ponto basilar desse documento. Como pode-se então pensar em uma aplicação do Estatuto que não garanta esse elemento básico mais aplique todas as medidas previstas àqueles que cometem atos infracionais? Os contextos vulneráveis, precários e por vezes até violentos onde esses jovens crescem não encontram resistência em quase nenhuma política pública, pois mesmo aquelas que apresentam alternativas reais de experiências sofrem com o sucateamento e com a terceirização. A medida socioeducativa inclusive representa para muitos adolescentes uma possibilidade muito maior de acesso a direitos básicos do que a condição em que se encontram antes de cometer o ato infracional. Isso porque, como o próprio ECA estabelece, o Estado assume uma responsabilidade ainda mais relevante quando esse jovem está sob seu arbítrio, necessitando fornecer auxílio no registro e acesso a diferentes aparelhos e programas públicos, como nas unidades de saúde do território ou na área de assistência social e acolhimento.

Os CIEJAs são um outro exemplo de quão pouco o Estado brasileiro, representando os interesses de classe que representa, se importa com uma boa estrutura de atendimento e desenvolvimento nas regiões periféricas. Uma experiência ímpar de educação, voltada para os setores da sociedade que se encontram em uma situação mais precária de formação, com um modelo que busca dar um salto qualitativo em relação à escola formal. Mesmo assim, apenas 16 Centro Integrados do tipo existem na megalópole de São Paulo, com muitos distritos do

próprio município ficando desatendidos ou com uma distância grande a ser superada. Isso se dá inclusive em regiões onde predominam taxas de analfabetismo e não conclusão do Ensino Fundamental acima dos 33,7%, que deveriam ser a prioridade para uma política desse tipo.

#### **4. Pensando possibilidades e limites na prática: diálogos com serviços da Zona Sul**

Existem certos elementos de uma investigação, ainda mais tratando da área da Geografia, que não podem ser apreendidos apenas com a pesquisa bibliográfica, por mais que também não sejam devidamente compreendidos sem esta. Essa relação com o campo é ainda mais importante quando parte da análise se dá sobre os limites e possibilidades que a realidade objetiva apresenta. É também observando os espaços estudados na prática que se pode formular hipóteses sobre suas contradições, necessidades e como superá-las com mudanças. Foi nesse sentido que a presente pesquisa teve durante todo seu desenrolar a preocupação da observação e investigação em campo, visitando algumas instituições e dialogando com os profissionais responsáveis cotidianamente por elas.

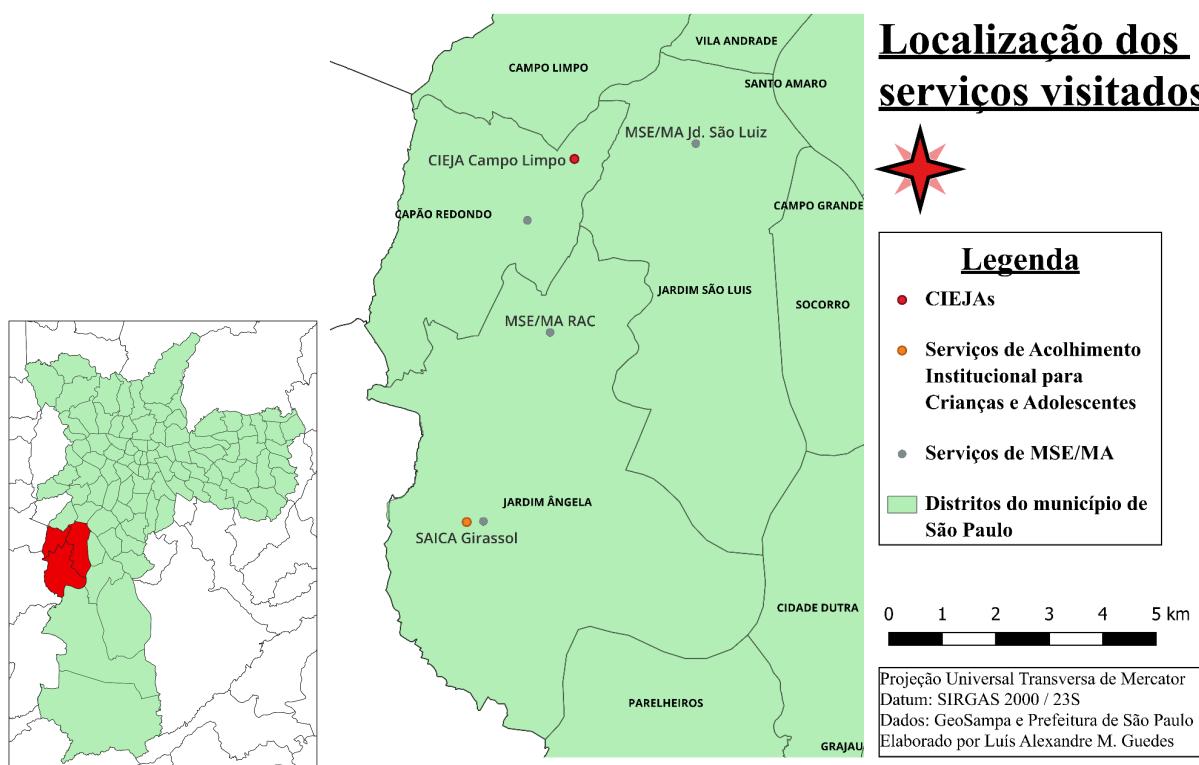
Essa relação se estabeleceu a partir do contato inicial com o CIEJA Campo Limpo, localizado no Capão Redondo, que desenvolve projetos em parceria com laboratórios da USP e foi recomendado pelo orientador do presente trabalho. Paralelamente, se entendeu ser importante na formulação do direcionamento final da pesquisa também ter contato com um serviço de MSE/MA, o qual foi possível com a unidade do Jardim São Luiz, sob administração da OSC Caritas. Por fim, como recomendação da gerente dessa instituição, foi realizada também uma visita e um diálogo com o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) Girassol, localizado no Jardim Ângela. Esses três serviços desenvolveram discussões fundamentais para a própria formatação da pesquisa. Se pôde ter contato com profissionais assistentes sociais, pedagogos, juristas, todos com muita disponibilidade para dialogar e vários deles com muita experiência nas instituições e áreas estudadas.

Posteriormente a esse momento inicial, houveram ainda outras experiências em campo no decorrer do trabalho, mais precisamente em dois espaços. Primeiro, pode-se citar a realização de mais algumas visitas ao CIEJA Campo Limpo, para diálogos com o diretor da unidade, que em muito contribuiu para a presente pesquisa, com professores e a observação de atividades e aulas. Além disso, foi também realizada uma ida ao serviço de MSE/MA - Redescobrimos A Comunidade (RAC), localizado no Jardim Ângela e sob administração da Organização da Sociedade Civil Sociedade Santos Mártires. Seja nessas investigações de campo ou nas citadas anteriormente, todas as compreensões e diálogos que se foi possível ter foram essenciais para a produção do presente escrito. Em todas as partes do trabalho e de diferentes maneiras, a observação e esse contato direto com essa realidade permitiram a



apreensão de outros elementos para além da bibliografia. Ficou claro, inclusive, a necessidade de pesquisas que se debrucem ainda mais sobre a dimensão prática e cotidiana em campo para compreender outros aspectos dessa realidade e de todo o contexto onde está inserida.

A limitação dessas visitas e diálogos se dá principalmente pelo pouco número que pôde ser realizado, mas também por conta de terem sido observações pontuais, singulares em boa parte dos casos e feitas todas em espaços relativamente próximos fisicamente. Todas as instituições com que se teve contato direto estavam localizadas na Zona Sul da cidade de São Paulo, mesmo que por vezes em bairros e até distritos diferentes. Vale ressaltar que estão restritos a poucos pontos da região, mais especificamente nos distritos do Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, como é possível observar no mapa abaixo. Esses distritos, quando consideramos por exemplo, a assistência social e sua estrutura municipal, são referenciados a partir dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de suas subprefeituras, estando o Capão Redondo na abrangência da subadministração do Campo Limpo e os demais formam a subprefeitura do M'Boi Mirim.



**Mapa 5:** Localização dos serviços visitados durante a pesquisa nos seus respectivos distritos (direita) e a localização desses na cidade de São Paulo (SP) (esquerda).

Esses espaços que se pôde conhecer e analisar brevemente foram de grande serventia pois possibilitaram também acessar os pontos que serão endereçados no presente capítulo. Isso porque não só permitiram o contato com uma série de contradições e problemáticas a

serem pensadas, mas principalmente porque possuíam em suas práticas diversos elementos que apresentam as possibilidades dessas políticas e permitem também vislumbrar hipóteses de avanços nas áreas a que servem. Ao longo da discussão dessa realidade prática, será possível abordar diversos desses pontos positivos que se verificou nas experiências visitadas, assim como alguns limites que elas apresentam também ficarão claros.

Dado tudo que já foi explorado no presente escrito, é necessário iniciar essa análise tratando brevemente da realidade territorial da região onde se pôde realizar os campos. Por mais que alguns elementos possam já ter sido percebidos a partir dos mapeamentos e debates realizados, vale um olhar direcionado para o caso específico a ser tratado a partir de agora. Um aspecto importante de consideração é que apenas os três distritos já citados, do Capão Redondo, Jardim São Luís e Jardim Ângela possuem uma população superior a 832 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE). Com esse dado, é possível começar a identificar similaridades com o perfil traçado da realidade da cidade de São Paulo no capítulo anterior. Principalmente quando pensamos na disponibilidade de apenas um CIEJA nessa área e quatro serviços de MSE/MA, sendo que essas unidades assistem ainda pessoas para além desses distritos.

Para além dos aspectos populacionais, é possível reconhecer também nas bibliografias e diálogos estabelecidos que existe uma certa tradição político-comunitária na região. Diversas iniciativas independentes e populares já surgiram naquele contexto, muitas vezes inclusive interligadas entre si, desenvolvendo um debate público muito qualificado sobre uma série de temas que foram latentes no desenvolvimento histórico do território. Alguns desses projetos e organizações cresceram e por vezes até foram incorporadas como políticas públicas municipais e serviram de modelos para serviços em todo o país. Ao longo das próximas discussões será possível compreender melhor essa tradição de auto organização da comunidade e como ela é essencial para vislumbrar possibilidades de transformação e superação das contradições e problemáticas existentes.

Ao tratar da prática em si dos serviços de MSE/MA, o que será um tema central para esse momento do trabalho, é interessante iniciar pelo entendimento que, em São Paulo, o plano de atendimento previsto pelo SINASE para o devido direcionamento dos jovens é representado pelo PIA - Plano Individual de Atendimento. Esse mecanismo dialoga diretamente com os objetivos socioeducativos das medidas, por mais que muitas vezes sejam feitos de maneira a subverter essa lógica, mesmo que elaborado conjuntamente entre profissionais, família e o próprio sujeito. É esse Plano que permite um encaminhamento dos

adolescentes em conflito com a lei que vá no sentido de garantir seu acesso a um pleno desenvolvimento e uma formação que o reinsira na dinâmica comunitária e social.

A ideia é a de que o PIA possa ser construído como um plano de ação alicerçado nos princípios estabelecidos pelo ECA e nos direitos fundamentais garantidos (educação, saúde, moradia, profissionalização, esporte, cultura, lazer, convivência familiar e comunitária, entre outros) de modo a alcançar a vida cidadã.

Nessas circunstâncias, não podemos perder de vista que o alcance da cidadania passa também por um sentido do bem comum (CHAUÍ, 1998). Assim, se almeja que o PIA se constitua num projeto comprometido com a humanização dos adolescentes e imbuído de valores requeridos pelo coletivo. Dessa forma, a sua operacionalização se inscreve na perspectiva ética e humana.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser individualizado e personalizado. Nisto reside uma dimensão positiva para que cada adolescente possa construir o seu fazer cotidiano e assumir suas escolhas. Porém, a ênfase na individualização não se contrapõe à perspectiva coletiva. Por esta razão, muitas dimensões e aspectos do PIA podem e devem ser trabalhados em espaços coletivos que possibilitem a interação e a preocupação consigo e com os outros. (SMADS, Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo 2015-2025, 2016)

As primeiras dificuldades e contradições do serviço já aparecem nesse momento inicial, que deveria ser de acolhida e diálogo para o melhor direcionamento da medida para aquele adolescente em específico. A construção do PIA segue os padrões estabelecidos nas instituições que foram visitadas, buscando uma participação protagonista do jovem e de seus familiares, porém, o limite para um desenvolvimento ideal dessa prática é anterior. O encaminhamento do jovem para a unidade de MSE/MA se dá, como já explorado, pelo sistema judiciário. Todos os técnicos e gerentes dos aparelhos com que se dialogou trouxeram isso como um distanciamento que ocorre entre eles e os atendimentos já no momento de chegada do serviço, o que se dá pois os adolescentes enxergam aquele espaço como uma pena que lhes foi atribuída. Essa visão enquanto um lugar de continuidade do sistema punitivo e carcerário, que já costuma ter um grande peso negativo para esses jovens, impede que ele se aproprie da instituição como uma maneira de se desenvolver e integrar a comunidade de maneira mais integral. Muitas vezes, aquela pessoa assume inclusive uma posição de conflito com a medida, seja se autodeclarando “amarelo” no levantamento racial como forma de desafiar o técnico, seja questionando as decisões judiciais sobre outros adolescentes com histórico ou atos infracionais similares.

Com essa visão sobre a sua própria medida socioeducativa, que é ainda mais reforçada quando já ocorreu uma passagem pela privação de liberdade na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), os sujeitos não conseguem se envolver verdadeiramente com diversas atividades desenvolvidas. O constante contato e controle do judiciário nesse processo reforçam o tom punitivo, e as próprias respostas de perguntas

simples seguem esse padrão com “sim, senhor” e “não, senhor”. Mais do que o encaminhamento escolar que costuma ser priorizado por muitos serviços, essa relação com os aparelhos de MSE/MA fazem com que o maior envolvimento se dê em atividades que apresentam alguma alternativa futura, principalmente no campo laboral. Um sucesso relatado em mais de uma instituição foi o interesse acima do normal em cursos de barbeiro, que são promovidos junto a profissionais ou estabelecimentos da comunidade nas próprias casas onde estão os serviços. Oferecendo uma formação relativamente rápida e atuação imediata posterior a isso, a perspectiva de ser barbeiro ou cabeleireiro motivam os adolescentes a participarem assiduamente das aulas, oficinas e mesmo dos atendimentos externos que fazem. No próprio CIEJA Campo Limpo, foi relatado que recebem mensalmente a visita de um curso de barbearia de uma instituição de MSE/MA que nem havia sido visitada, mostrando que de fato parece ser uma tendência mais ampla a adoção dessa opção.

Um elemento interessante que deve ser discutido a partir desse exemplo é sobre quais são os caminhos para tentar garantir maior engajamento dos jovens e sucesso na proposta política e pedagógica das medidas. Pode-se notar que o interesse dos adolescentes em muito se dá por dois aspectos: a) o oferecimento de uma alternativa que oferece perspectivas profissionais e de vida reais; b) uso de atividades comuns à realidade dos jovens e/ou para as quais possuem certa facilidade/familiaridade. No primeiro caso, fica claro que o principal motivo do envolvimento se dá justamente porque é uma das opções que lhes são oferecidas para cumprir o que enxergam como a pena e que não se limita a tal. Fica claro como a crise do sistema educacional e a sua falha enquanto uma alternativa de formação e emancipação social prejudicam o olhar para a escola e o estudo como uma possibilidade atraente. Como já foi tratado, essa realidade da educação atual se dá justamente por não considerar os conhecimentos e contextos com os quais os estudantes já chegam em sala de aula e para os quais voltam depois do dia letivo. Nesse sentido, o CIEJA precisa ser uma alternativa de outra proposta pedagógica para esses adolescentes, considerando que busca solucionar ou atenuar várias dessas contradições que afastam os jovens.

Na visita ao MSE/MA - Redescobindo a Comunidade (RAC) foi possível verificar que para além da região ter um acesso difícil a qualquer CIEJA, essa problemática é amplificada quando tratamos de uma diminuição na quantidade de salas de Ensino de Jovens e Adultos na cidade de maneira geral. Ao mesmo tempo, foi ali que se teve contato com um relato que mostra o tamanho da potencialidade existente: duas meninas, com quem o gerente do serviço teve contato na época que trabalhava no SAICA onde essas viviam, foram encaminhadas para o CIEJA por não estarem na idade escolar e não se adaptarem à educação

formal. Ali, puderam desenvolver de maneira bem mais completa o seu potencial e, assim, conseguiram vaga em uma escola técnica e, posteriormente, entraram em uma Universidade Federal através do sistema de cotas sociais e raciais do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Seleção Unificada (SISU).

Essa unidade especificamente, que como já dito está localizado no distrito do Jardim Ângela, ligada a subprefeitura e ao CREAS do M'Boi Mirim, ajudou muito a vislumbrar problemáticas da aplicação da política nos termos que está hoje e, principalmente, possibilidades de alternativas e soluções que deem conta dos objetivos pedagógicos e formativos já tanto tratados aqui. Isso porque o MSE/MA - RAC surge como uma iniciativa comunitária pioneira na cidade há mais de 20 anos, ainda antes da municipalização do atendimento socioeducativo e sendo incorporada por essa em sua estruturação. Ele surge como uma iniciativa ligada ao Fórum em Defesa da Vida, iniciativa de sujeitos e instituições da região da Zona Sul que na época tinha a maior taxa de violência urbana do Brasil e que era conhecida como "Triângulo da Morte".

O objetivo inicial do Redescobrimdo a Comunidade era de ser uma das frentes de combate a essa realidade violenta vivida na região, buscando dialogar centralmente com a juventude. Com a ideia de ser um espaço de prevenção de atos infracionais para além da realização de atividades socioeducativas, a instituição era aberta à comunidade, buscando oferecer oportunidades e alternativas aos jovens que viviam naquele difícil contexto. Essa ideia de oferecer outra perspectiva de maneira coletiva foi o que gerou grande sucesso ao RAC segundo seu atual gestor, justamente pois não isolou aqueles adolescentes e nem atribuiu a eles qualquer significação. Exercendo o papel quase que de um Centro de Juventude, o espaço realizava uma série de encontros formativos, oficinas, atividades culturais e eventos abertos. Ao longo da história, tornou-se referência no território justamente a partir dessa integração com os sujeitos e entidades do distrito e principalmente do seu entorno, dialogando com e cruzando a trajetória de muitas pessoas que ali vivem ou passaram.

Essa proximidade com a comunidade permaneceu existindo mesmo após a municipalização<sup>8</sup> e, com isso, uma mudança no funcionamento cotidiano da política. Se tornando um serviço de MSE/MA diretamente associado à Prefeitura, o Redescobrimdo a Comunidade deixou de atender mais amplamente os jovens da região e de exercer seu propósito preventivo frente ao contexto que considerava de risco para as crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, tanto aqueles que já conheciam a unidade de sua

---

<sup>8</sup> SARAIVA, 2011 trata sobre o processo de municipalização de serviços de MSE/MA, por mais que se dê de maneiras diferentes nos diversos contextos espaciais.

configuração anterior, quanto quem teve contato com ela já enquanto serviço institucionalizado, seguiram tendo ali um espaço de referência. Com um olhar para o RAC que inclusive destaca as potencialidades e qualidades desse atendimento, a população do entorno acaba por recorrer à instituição para diferentes demandas, muitas delas que não são atribuições dos espaços de MSE/MA ou nem mesmo do sistema socioeducativo em geral. Um exemplo mencionado por um técnico e assistente social desse serviço foi da regularização de documentos ou acesso de plataformas digitais do Estado, como na época do Auxílio Brasil durante a pandemia. Por mais que seja um desvio da função prevista dos profissionais e da própria estrutura existente, muitas vezes essas demandas precisam ser atendidas pois possuem um caráter de grande importância e até mesmo urgência.

Essa relação com a comunidade e o referencial que o MSE/MA - RAC tornou são aspectos muito positivos e que demonstram um funcionamento qualitativo desse aparelho, considerando essa dinâmica que consegue estabelecer. Porém, existem elementos também dessa situação que ajudam a entender problemas e limites desse serviço, sempre considerando-o como uma materialização de debates, temas e políticas maiores. Primeiro, poderia ser citado o pouco vínculo que a instituição consegue criar com os adolescentes atendidos, muito pelo estigma já tratado aqui de um “espaço punitivo”. Essa e outras questões que permeiam a prestação das medidas socioeducativas acabam por criar um distanciamento entre o jovem, sua realidade concreta e o objetivo político e pedagógico que aparece nas formulações teóricas em que se baseiam esses serviços. Sem um envolvimento real, enxergando a potencialização de suas habilidades, gostos e qualidades, é muito difícil que o adolescente crie uma relação com aquele aparelho que não seja efêmera, apenas enquanto for obrigado judicialmente a comparecer. Mesmo o acompanhamento e auxílio que teriam direito esses jovens após suas medidas muitas vezes é deixado de lado, pois o sujeito não vê sentido como deveria ter.

Um outro aspecto da realidade observada que pode ser apreendido a partir da relação que existe entre o Redescobrimdo a Comunidade e a população é a alta demanda e baixa disponibilidade institucional. Por mais que seja muito interessante, inclusive para seu caráter socioeducativo, que esses espaços sejam abertos e dialoguem diretamente com seu entorno, é necessário compreender como ele estar cumprindo para além de suas atribuições é um sinal negativo acerca da presença do poder público na região, por exemplo através do sistema de assistência social (que está presente, mas com uma estrutura muito aquém do necessário). Ademais dessas problemáticas, o exemplo do MSE/MA - RAC e mesmo de seu funcionamento anterior à municipalização é essencial para pensar caminhos de expansão e

integração das políticas frente a comunidade, sendo ponto central a relação e ligação embrionária que o aparelho possui com o território, sua dinâmica e história.

A relevância do serviço que acabamos de tratar, para além do vínculo com o espaço onde está estabelecido, é que ele aponta também elementos importantes de serem pensados caso se queira pensar em possibilidades e transformações. Nesse sentido, o amplo atendimento que uma instituição como essa pode fazer, servindo a juventude de modo geral, incluindo aqueles que cometem atos infracionais mas não limitando a eles, é um aspecto central. Outro, e que em muito dialoga com o primeiro citado, é que a prática demonstra uma necessidade de que um aparelho tenha uma abrangência ainda maior, não apenas integrando crianças e adolescentes, mas se relacionando com a comunidade como um todo. Essa realidade permite traçar hipóteses sobre como poderia se efetivar uma política comunitária de educação e assistência social, com centros integrados que pudessem transformar esses espaços em referências em suas regiões e que atendessem uma gama diversa de questões e demandas.

Frente a todos os elementos traçados na presente pesquisa, fica claro como essa proximidade entre diferentes setores e áreas é essencial para a superação de muitos dos desafios existentes na atual dinâmica. Quando se trata de privação total de direitos, dos tipos de habitação, do nível de escolaridade, da distribuição populacional e racial, das estruturas urbanas e de sua base concreta, nada disso pode ser considerado de maneira isolada. Tampouco podem ser pensados assim os sistemas educacional, de assistência social e mesmo o judiciário e a política de segurança, pois se encontram completamente interligados e imersos nas condições de um contexto muito mais amplo. A integração e diálogo de diferentes instituições e aparelhos é imprescindível nesse cenário e precisa ser considerada como uma das bases de qualquer política nesse sentido.

A proximidade entre diferentes unidades e serviços é também um caminho importante para requalificação e ampliação dos atendimentos, possibilitando uma atuação em rede. Essa dinâmica interligada entre diferentes espaços e sujeitos é muito importante para uma atuação que se aproxime da totalidade dos fenômenos, os compreendendo dentro de seu contexto, para além de possibilitar também que a capacidade de suprir as demandas pelos agentes públicos seja muito maior. Diversos exemplos apontam para experiências positivas nesse sentido, começando com as relações mais pontuais como as visitas dos cursos de barbeiro de jovens cumprindo medida socioeducativa em diferentes instituições, como o próprio CIEJA. Porém, além desses vínculos mais superficiais, vale estudar os casos que apresentam maior solidez, como por exemplo o já citado Fórum em Defesa da Vida, conglomerado de sujeitos, entidades privadas e públicas que surge no contexto da alta violência na Zona Sul da cidade, decorrente

da baixa preocupação da estrutura política estatal sobre essa realidade. Nesse caso, o Fórum se mantém ativo até hoje, realizando reuniões mensais na Paróquia Santos Mártires e organizando a anual Caminhada em Defesa da Vida. Para além desse exemplo, pode ser trazida a Rede Intersetorial do M'Boi Mirim, citada em mais de uma das visitas feitas para o presente trabalho. Essa iniciativa reúne 81 serviços ligados à assistência social associados à subprefeitura de M'Boi Mirim, com encontros periódicos que discutem legislação, regulamentações, temas e debates relevantes para atuação, entre outros pontos. A importância dessas relações e de sua construção constante pode ser retratada pelo surgimento, estruturação e sobrevivência dos CIEJAs ao longo dos anos, que são fruto essencialmente da construção cotidiana realizada nesses espaços e, principalmente, do diálogo e troca entre eles, conseguindo por vezes até mesmo pautar o poder público e barrar decisões do poder executivo.

Seguindo nessa linha, é interessante que o olhar se volte agora para o CIEJA Campo Limpo, onde as visitas e observações realizadas também permitiram vislumbrar uma série de questões. Nesse caso, é fácil compreender essa contribuição, considerando o próprio caráter e objetivo da instituição em si. Os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos são uma proposta alternativa de modelo educacional, voltados justamente para “entrar no universo dos excluídos, daqueles que foram alijados do processo escolar, daqueles que são os últimos a terem políticas públicas educacionais” (DUARTE, 2019, p. 2). Por mais que tenham um público específico de pessoas fora da idade escolar tradicional, os CIEJAs podem apontar diversas possibilidades e transformações para o sistema educacional como um todo. Isso é ainda mais verdadeiro quando consideramos a unidade do Campo Limpo, que, segundo sua antiga diretora, serviu de exemplo para muitos pontos implementados na política municipal para as instituições do tipo (DUARTE, 2019).

Existem diversos elementos a serem analisados para pensar as potencialidades e limites que a experiência do CIEJA Campo Limpo, sobre os quais não será possível um aprofundamento individual, mas que devem ser considerados ao desenhar panoramas de mudanças e necessidades. O primeiro aspecto que pode ser trazido é sobre como a própria estrutura escolar apresenta sentidos diferentes do que tradicionalmente se estabelece, considerando desde o local onde está fixado o projeto, uma antiga casa com seus cômodos adaptados para locais de estudo, atividades e socialização. O próprio pesquisador e atual diretor da unidade destaca em seu trabalho o componente estético como o “impacto inicial” (2009, p.6), sendo importante ainda ressaltar que as próprias salas de aula se dividem de outra maneira, com diversos espaços tendo a capacidade de terem diferentes usos dependendo das



necessidades. Dentro das classes, a organização das mesas em “agrupamentos produtivos” de seis lados permite que haja uma troca constante entre os diferentes estudantes, algo ainda mais rico ao considerarmos a enorme diversidade de sujeitos com suas particularidades que frequentam o CIEJA.

Essa disposição da sala de aula é, assim como todos os elementos, parte integrante do projeto político e pedagógico que os Centros Integrados no geral apresentam e do CIEJA Campo Limpo em particular. A dinâmica da aula é conduzida em outra lógica que a hegemônica nas escolas formais, e como já dito anteriormente, tenta superar uma série de questões da crise educacional. Trabalhando a partir de projetos, com a temática sendo decidida de forma coletiva e dialogando diretamente com o entorno, os alunos não assumem um papel passivo, sendo constantemente chamados a participar. Seja na leitura da “frase do dia”, na retomada do último encontro ou durante a execução das atividades, os estudantes do CIEJA Campo Limpo ocupam um lugar diferente na dinâmica da instituição, inclusive em sua parte mais objetiva que são as aulas diárias. Os problemas e conhecimentos discutidos são a partir de demandas reais e acúmulos que os alunos trazem para a sala, assim como dialogam com outros acontecimentos do entorno, como pôde ser observado na semana anterior ao Seminário Étnico-Racial que ia ser realizado em novembro em que diversos professores trataram de temáticas relevantes a esse debate.

É possível presumir que essa realidade é muito mais atraente a um estudante do que uma escola formal que ignore seus (muitas vezes significativos) conhecimentos prévios e que trate de discussões e temas distantes de sua realidade. Um trabalho sobre o movimento negro que trate de conhecidos dos sujeitos que estão em processo de aprendizagem com certeza terá mais engajamento e efetividade que atividades desconexas e protocolares. O CIEJA busca ser uma opção de ensino mais significativa para o desenvolvimento de seus alunos, tanto nessa abordagem pedagógica, quanto na sua própria dinâmica objetiva. Alguns exemplos são a maior disponibilização de horários (a unidade do Campo Limpo possui seis turnos ao longo do dia), a carga horária diária de duas horas e meia, o trabalho por áreas do conhecimento e não por disciplinas e até mesmo a formação em informática que é oferecida. Toda essa configuração busca superar uma série de problemáticas e contradições que já foram muito discutidas no presente escrito.

Ainda nesse sentido, vale tratar da condição de “portas abertas” que o CIEJA Campo Limpo propõe, sendo possível o acesso de qualquer um que queira ir àquele espaço, mas muito além disso. A própria proposta de administração e prática cotidiana vai no sentido de se apresentar a mais aberta e democrática possível, tendo um forte caráter participativo não só

dos alunos, mas de toda comunidade que se interessar. Essa dinâmica apresenta uma possibilidade muito interessante de apropriação e direcionamento do serviço por todos que o usam e até mesmo pela região onde está localizado, permitindo uma realidade mais territorializada. A relação com seu entorno vai muito além da possibilidade de participação nas tomadas de decisão, sendo um dos princípios norteadores da própria política dos CIEJAs, tendo tido um exemplo interessante na unidade do Campo Limpo na época da visita que era a proximidade e diálogo do serviço com a IX Feira Literária da Zona Sul (FELIZS).

As parcerias e relações estabelecidas pela instituição devem ter uma atenção à parte, pois mesmo na esfera administrativa possuem diferentes subdivisões. Isso se dá pois o CIEJA Campo Limpo realiza diferentes tipos de diálogos e trocas com aparelhos e iniciativas de diferentes áreas e caracteres, tendo nesse um eixo central de seu projeto. Priorizando sempre uma proximidade também física, a unidade tem parcerias com faculdades, saraus, unidades do SESC, laboratórios e professores da USP, atende serviços de MSE/MA, jovens de SAICAs, entre outros. Isso é incorporado no cotidiano da instituição de uma maneira a dialogar com os percursos pedagógicos e com os próprios projetos realizados pelos alunos, e assim consegue apresentar elementos para uma formação integral, que se dê a partir de diferentes metodologias, experiências e processos. O vínculo com o território é muito potencializado por essa realidade, e pode ser um instrumento interessante para servir de base à transformações e propostas diferentes que podem ser feitas para superar as contradições da atual realidade.

Todos os pontos aqui tratados sobre o CIEJA Campo Limpo e seu funcionamento prático são essenciais para pensar esse espaço de educação. O leitor pode perceber também a relação direta que tem com diversos outros temas e questões tratados ao longo da atual pesquisa, inclusive com a própria educação para jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Assim como a crise do sistema escolar, a sua superação não deve ser objeto atrelado somente àqueles adolescentes que cometem atos infracionais, mas sim um direito e reivindicação ativa de toda a juventude marginalizada, antes que recorram ao conflito com a lei. Logicamente existem elementos que só podem ser tratados ao pensar nos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, mas mesmo esses apontam caminhos e abordagens que devem ser considerados mais amplamente. Um exemplo é o acolhimento feito no CIEJA Campo Limpo quando chegam adolescentes nessa condição, onde uma reunião é marcada com o respectivo responsável do serviço de MSE/MA, o aluno e a família, e ocorre uma conversa franca sobre a realidade onde esse estudante está se inserindo e são realizados alguns acordos. Porém, mesmo com a instituição tentando receber sem tanta estigmatização e oferecendo uma alternativa diferente de experiências escolares anteriores, o limite de uma

abordagem em apenas uma esfera da vida desse jovem fica clara quando a direção, ao relatar esse acolhimento, traz também como mesmo assim esses jovens dificilmente terminam sua trajetória por diversos motivos, alguns já trazidos aqui anteriormente.

Por fim, o exemplo do CIEJA Campo Limpo é essencial pois além de apresentar uma série de possibilidades tanto pro sistema educacional, quanto para sua integração à assistência social, ele também pode trazer resultados interessantes. Todos aspectos aqui tratados são parte da proposta da instituição e com isso tem uma importância ainda maior, sendo a base dos objetivos que o próprio CIEJA estabelece. Esses elementos dialogam diretamente com a própria concepção de educação com a qual buscam trabalhar. Nas palavras do diretor Diego, “Identificar a educação como maneira de ver o mundo, modificar a si e ao seu redor, são premissas sólidas no projeto da escola” (2019, p. 5). Essa concepção e como ela se materializa no espaço escolar e em seu funcionamento têm sido pontos centrais para o sucesso da iniciativa, auxiliando até mesmo no processo de alfabetização. (DUARTE, 2019)

## 5. Considerações finais

A presente investigação possui uma série de limitações importantes, por conta de aspectos materiais e imateriais interligados, como é o caso do curto tempo de desenvolvimento, a dinâmica de vida do pesquisador e decisões metodológicas. Porém, o trabalho se dedica a ter um olhar amplo e bem amparado para alguns temas de extrema relevância no contexto brasileiro. Em um país que enfrenta contradições estruturais como a desigualdade social e racial, que vive um processo de manutenção de altos índices de violência e de encarceramento, que observa sua educação em crise por décadas, as questões abordadas aqui são centrais para a compreensão de uma realidade mais ampla. Abordar o sistema judiciário, de assistência social, de educação, dialogar com profissionais dessas áreas, relacionar as dinâmicas com os territórios onde se materializam as políticas, compreender os contextos dos diferentes sujeitos perpassados: todos esses são elementos que permitem uma análise mais qualificada da aplicação de medidas socioeducativas (e mesmo das temáticas carcerárias), pensando em transformações e soluções mais do que em penas e exclusão.

Quando se pensa na questão prisional ou em variantes desse tema, como é o caso da ‘ressocialização’ proposta para os jovens que cometem atos infracionais, existe uma gama muito mais ampla de assuntos que estão sendo tangenciados. Se dedicar a compreender essas relações e proximidades permite que o estudo siga o mais próximo da compreensão da realidade concreta e de seus processos na totalidade. Durante toda a investigação ficou claro como o elemento inicial para pensar qualquer debate sobre as medidas socioeducativas é compreender como que se originam em um cenário de completa privação de direitos para a juventude trabalhadora e pobre. Desde o oferecimento de uma formação para seu pleno desenvolvimento, até as garantias de uma habitação segura ou de atendimento da assistência social, os adolescentes que moram nas periferias de uma cidade como São Paulo não possuem os recursos e direitos básicos para sua socialização inicial junto ao resto da sociedade, quem dirá para um processo de ressocialização. Mesmo a dinâmica das comunidades onde vivem pode influenciar nessa situação, pois sem uma integração, por exemplo, da educação com o território onde está, essa relação dos jovens com seus espaços será mediada por outros sujeitos. Nesse sentido, é um ponto essencial compreender que qualquer debate sobre segurança pública, judiciário e sistema punitivo deve ter outras áreas como sustentação, como por exemplo as que foram trazidas ao longo do trabalho. Não será possível um avanço significativo em nenhum dos setores se as discussões permanecerem fragmentadas e não compreendidas enquanto diferentes contextos e momentos de uma mesma realidade.

Essa integração e diálogo entre diferentes temáticas, áreas do conhecimento, e problemáticas sociais permite não só que esses processos sejam melhor compreendidos, mas também torna possível um olhar sobre a totalidade que está materializada no espaço de diferentes formas. Assim como essa abordagem mais interligada possibilita que se entenda uma série de elementos da realidade e suas contradições, é também a partir dessas aproximações que se pode formular hipóteses e possibilidades das transformações e mudanças necessárias. Só percebendo os diferentes aspectos que se relacionam ao tratar de uma temática específica é que se pode enxergar os limites e potencialidades existentes.

Um estudo que consiga ter esse trato mais qualificado, compreendendo a questão da totalidade, tem muito a se beneficiar do olhar geográfico. É na investigação acerca da produção do espaço e sobre como esse se organiza em seus diferentes elementos que se poderá entender dinâmicas e processos da própria reprodução social. Uma análise voltada ao que a realidade objetiva pode revelar, tem em seu cerne a atenção à materialização dos fenômenos dessa realidade, sendo os conceitos e princípios da Geografia fundamentais para tal. Afinal, tudo que acontece, acontece em algum lugar, e os aspectos dessa localização (motivação, modo que se deu, contexto, etc.) são objetos de estudo da ciência tão usada nessa pesquisa.

Ao longo do estudo foi possível abordar uma série de problemas e limites hoje existentes no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, assim como elementos que vão além dessa realidade, ao observar por exemplo a prática cotidiana no CIEJA. Nessa análise, se evidenciou mais uma vez a baixa efetividade, materialização e mesmo respaldo das legislações, metas e estatutos escritos nos gabinetes, apesar de muitas vezes contarem com o esforço dos profissionais que atuam diretamente nos aparelhos. Tal falha ocorre talvez por interesses privados alheios às instituições públicas (mas não aos legisladores) interferindo na execução das políticas, talvez por conta do sucateamento e abandono dos serviços voltados às camadas populares, talvez por esses e diversos outros motivos “específicos”. A visão voltada à estrutura institucional permitiu perceber isso com clareza, justamente ampliando a possibilidade de traçar panoramas que considerem também aspectos mais estruturais da sociedade ao pensar em mudanças.

Porém, o principal objetivo da pesquisa que se pôde desenvolver foi de compreender a realidade desses adolescentes pelo olhar institucional e assim visualizar as necessidades e possibilidades de transformações existentes. Para além de provar obviedades, como a demanda de mais CIEJAs para a consolidação da política na cidade, o presente trabalho vai no sentido de usar as ferramentas de leitura da realidade justamente para pensar sobre uma nova

realidade. E como se espera ter demonstrado, tratar do contexto e condições desses adolescentes é mais do que abordar seus problemas e como chegam aos atos infracionais, é tentar formular acerca de diversos outros grupos marginalizados e privados de seus direitos.

Para uma reestruturação da dinâmica produtiva e social, o ponto base do qual se deve partir é a materialidade e seus desdobramentos, compreendendo que o olhar necessário é o daqueles que compõe as camadas mais exploradas e oprimidas na atual realidade. Assim como o jovem que picha um muro ou comete um ato infracional junto ao crime organizado, os sujeitos que habitam principalmente as periferias dispõem de grandes potenciais e habilidades. É dever da sociedade, e do Estado como seu órgão estruturante (caso fosse isento de caráter de classe), permitir o pleno desenvolvimento e formação de seus jovens, fornecendo as condições materiais e imateriais necessárias para que possa expandir e consolidar seus conhecimentos. Além disso, é preciso ter como urgência a garantia de direitos básicos para todos os grupos sociais, entendendo que a totalidade não pode ser tratada em partes, e sim deve ser confrontada com um projeto político para as camadas mais pobres, que possa endereçar e transformar estruturalmente questões básicas e complexas da realidade.

O estudo dos serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA), dos Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs) e das relações existentes e passadas entre esses e outras instituições possibilitou a apreensão de diversos aspectos: limites, contradições, possibilidades, potenciais, hipóteses. Mas, acima de tudo, a revisão bibliográfica e os trabalhos de campo permitiram verificar como só uma abordagem totalizante, que tem no espaço um elemento central, pode dar conta de pensar e, principalmente, transformar radicalmente a realidade. As melhorias e alternativas apresentadas são urgentes para a juventude que é posta dentro da máquina do judiciário e seu sistema “socioeducativo”, mas são necessidades e direitos também de toda uma maioria da sociedade que permanece na vida precária por conta dos interesses da minoria antagônica.

### **Referências bibliográficas**

- BRITO, Leila Maria Torraca de. **Liberdade assistida no horizonte da doutrina de proteção integral**. SciELO Brazil. Rio de Janeiro, 2007. 6 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9BDJtJDzM9fQCngVcfjYWBw/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- CARDOSO, D. Jovens em Liberdade Assistida e a Escola: é possível essa relação?. **Anagrama**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1-14, 2009. DOI: 10.11606/issn.1982-1689.anagrama.2009.35469. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/35469>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **O adolescente em liberdade assistida: algumas histórias**. 2009. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília, 2011. 38 p. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais). Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha\\_CFESS\\_Final\\_Grafica.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.
- CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Estabelece a Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS\\_2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf). Acesso em: 12 dez. 2023.
- CORDEIRO, Tiago. **Quase metade da população de São Paulo foi alvo de algum crime entre março de 2022 e fevereiro de 2023**: Evento detalhou as conclusões da quinta edição do estudo do Insper sobre vitimização na capital paulista, realizado a cada cinco anos desde 2003. Insper. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/quase-metade-da-populacao-de-sao-paulo-foi-alvo-de-algum-crime-entre-marco-de-2022-e-fevereiro-de-2023/>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- Diretorias Regionais de Educação: DREs. Secretaria Municipal de Educação. São Paulo. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/dres/>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- DUARTE, Diego Elias Santana. **Tecendo os fios da rede: O CIEJA Campo Limpo como possibilidade ao processo educacional e as redes de ações no território**. In: ENANPEGE: A GEOGRAFIA BRASILEIRA NA CIÊNCIA-MUNDO, n. XIII. 2019, São Paulo, 2019.
- **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990). Diário Oficial da União. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF.
- FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro. NAU. 1996
- GUITARRARA, Paloma. **Índice de Gini**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>. Acesso em 4 dez. 2023.

- **G1 SP. Datafolha: violência é a maior preocupação para moradores da cidade de São Paulo:** Tema supera atendimento de saúde, que liderou as reclamações por 11 anos. Globo Notícias. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/09/02/datafolha-violencia-e-a-maior-preocupacao-para-moradores-da-cidade-de-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- HAGGETT, Peter. **Geografia: Uma síntesis moderna.** Tradução Rosa Ferrer. Barcelona: Ediciones Omega, 1994. Tradução de: Geography: A Modern Synthesis.
- MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Levantamento Nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo:** 2023. Brasília, 2023. 113 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/levantamento-nacional-sinase-2023>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- OLIVEIRA, Magda Martins de. **Liberdade Assistida:** Um estudo sobre a execução da medida com adolescentes em Porto Alegre. Porto Alegre, 2007. 97 p Dissertação (EDUCAÇÃO) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PLATAFORMA BRASILEIRA DA POLÍTICA DE DROGAS. **Guia de Bolso para Debates sobre Política de Drogas.** 2018. 105 p. Disponível em: <https://pbpd.org.br/publicacao/guia-de-bolso-para-debates-sobre-politica-de-drogas/>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- PORTAL GeoSampa: Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Prefeitura de São Paulo. São Paulo. Disponível em: [https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/\\_SBC.aspx](https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx). Acesso em: 8 dez. 2023.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Habitação** - SEHAB. Dados Abertos. São Paulo. Disponível em: <http://dados.prefeitura.sp.gov.br/organization/sehab-secretaria-municipal-de-habitacao>. Acesso em: 8 dez. 2023.
- RESK, Felipe. **Assassinatos em SP voltam a subir e feminicídio bate recorde em 2022:** Assassinatos em SP voltam a subir e feminicídio bate recorde em 2022, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública de SP. Metrôpoles. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/assassinatos-em-sp-voltam-a-subir-e-feminicidio-bate-recorde-em-2022>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- São Paulo (SP). **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.** Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025 - São Paulo: SMADS, 2016



- SARAIVA, Izabela de Castro Ferreira. **Medidas socioeducativas em meio aberto: reflexões acerca do processo de municipalização**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- Secretaria Municipal de Educação. **CIEJAs na cidade de São Paulo: identidades, culturas e histórias**. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2020. 192 p. Disponível em: <https://acervodigital.sme.prefeitura.sp.gov.br/acervo/ciejas-na-cidade-de-sao-paulo-identidades-culturas-e-historias/>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- SILVA, Jaqueline Lima Sales da. **Medidas socioeducativas em meio aberto e sua aplicação na cidade do Salvador entre os anos de 2012 e 2016: um estudo à luz da doutrina da proteção integral**. Salvador, 2019 Trabalho de Conclusão de Curso (Direito) - Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30138>. Acesso em: 3 dez. 2023.
- SOCIEDADE SANTOS MÁRTIRES. **Plano de Trabalho: Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - Redescobrimo a Comunidade**. São Paulo, Março de 2020. 53 p. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/EDITAIS%20/Agosto%202022/plano%20151.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/EDITAIS%20/Agosto%202022/plano%20151.pdf). Acesso em: 10 dez. 2023.